



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ÁREA - INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA 3 - ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA A PARTIR DO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO POR MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

MARIA DA CONCEIÇÃO DAVI

JOÃO PESSOA
2019

MARIA DA CONCEIÇÃO DAVI

IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA A PARTIR DO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO POR MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para obter o título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia.

**JOÃO PESSOA
2019**

Catlogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D271i Davi, Maria da Conceição.

Identificação e Construção do Conceito de Qualidade de Vida por Mulheres em Privação de Liberdade / Maria da Conceição Davi. – João Pessoa, 2019.

111 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – UFPB/CCSA.

1. Qualidade de vida. 2. Necessidade. 3. Acesso e uso de informação. 4. Mulheres em privação de liberdade. 5. Qualidade de vida de apenadas. . I. Título.

UFPB/BC

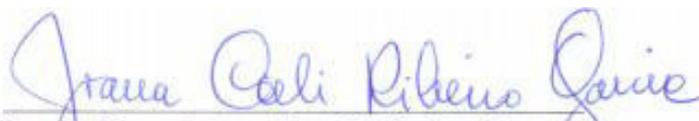
MARIA DA CONCEIÇÃO DAVI

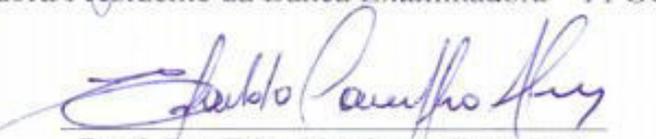
IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA A PARTIR DO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO POR MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

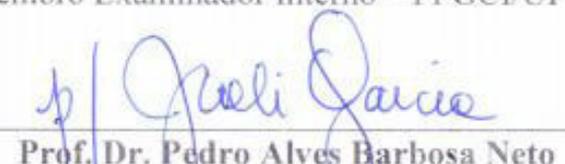
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para obter o título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia
Orientadora/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UEPB


Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Membro Examinador Interno – PPGCI/UEPB


Prof. Dr. Pedro Alves Barbosa Neto
Membro Examinador Externo – UFRN

Prof. Dra. Gisele Rocha Côrtes
Suplente Interno – PPGCI/UEPB

Dra. Gilberta Santos Soares
Suplente Externo – SEMDH

Este trabalho é dedicado a minha Vó, Maria Francisca,
por ter me inspirado a ser uma mulher forte e
perseverar mesmo diante das dificuldades impostas
pela vida.

AGRADECIMENTOS

Gratidão talvez seja a palavra que melhor traduz esse momento, se aqui cheguei é graças à junção de muitas mãos que se uniram em prol do meu sucesso, algumas diretamente e outras nem tanto, mas a todos o mesmo sentimento, GRATIDÃO.

A Deus, que em sua infinita bondade esteve ao meu lado em todos os momentos, iluminando o caminho que por vezes pareceu tão escuro.

A minha família, meu principal ponto de apoio, um porto seguro, agradeço a compreensão diante dos dias em que precisei me ausentar e mesmo assim permaneceram ao meu lado todo momento. Gratidão a minha mãe Luzia, principal incentivadora dos meus projetos, agradeço por me fazer acreditar que a educação é a melhor escolha, mesmo diante das dificuldades lembro-me que a educação sempre foi o ponto mais fundamental de nossa família.

A minha avó Maria, uma jovem senhora de 95 anos que diariamente me ensina sobre resistir, ser forte e permanecer esperançosa em meio as adversidades da vida. Ao meu pai Luiz Davi, pelo amor, incentivo e carinho depositados ao longo desses anos. Aos meus irmãos, Luciano e Daniel por se fazerem presentes em minha caminhada, a minha irmã Luciana, pelo incentivo, amor, paciência e palavras de conforto durante o decorrer dessa pesquisa, acreditando e me fazendo acreditar que no final tudo é recompensa. Gratidão a meu sobrinho Cayo por entender que a tia ama brincar e cuidar dele, mas que no momento precisou está ausente.

Ao programa de pós graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB, ao corpo docente, principalmente aqueles que tive oportunidade de conhecer e foram pontos cruciais para o meu desenvolvimento profissional. Em especial a minha Orientadora Joana Coeli, por acreditar no meu projeto, acompanhar cada passo do caminho e lutar por mim, obrigado por se fazer disponível mesmo quando a sua vida estava pesada demais para carregar sozinha.

Aos membros que aceitaram compor a banca de qualificação e defesa de mestrado, que foram essenciais no processo de construção desse trabalho. A CAPES/FAPESQ pela bolsa de mestrado concedida, que possibilitou a conclusão desta pesquisa.

Aos meus amigos queridos Juliane Medeiros, Sirliane Germano, Bruna Marques, Daionara Batista, Rita Almeida, Pedro Rubens e Eudimaria Caroline, pelo abraço

acolhedor e as palavras de conforto. A minha segunda família, Eliane, Joacir, Chris e Nata (sobrinha de coração), pelo apoio, amor e cuidado.

Por fim, meu agradecimento a Gestão do CPJC por aceitar minha inserção no complexo, e principalmente minha gratidão as mulheres que lá cumprem suas penas, em especial aquelas que concederam a entrevista, me cedendo algumas horas do seu tempo para falar sobre suas vivencias. Sem a disponibilidade e atenção dessas mulheres seria impossível a realização desse trabalho.

São tantas pessoas queridas que infelizmente não tenho como citar neste agradecimento, mas peço que compreendam e sintam-se abraçados e agradecidos.

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

Pesquisa realizada na ala feminina do Complexo Penal João Chaves em Natal, Rio Grande do Norte, com internas que cumprem penas em regime fechado. Ressalta a necessidade de estudos que discutam de maneira significativa o acesso e uso da informação nessas instituições, evidenciando a qualidade de vida enquanto fator interligado a informação, sobretudo pelo caráter social e mudanças de paradigmas na atualidade. Questiona como mulheres em contexto de privação de liberdade interpretam e constroem o conceito de qualidade de vida a partir da necessidade, acesso e uso da informação. A pesquisa tem como objetivo geral analisar que informações as internas do CPJC necessitam e acessam para esta finalidade, e como objetivos operacionais: identificar o que elas consideram qualidade de vida; caracterizar sua necessidade de informação requerida e acessada; especificar possibilidades do CPJC de oferta de atividades e informação que conduzam a melhoria da qualidade de vida. Metodologicamente, consiste em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, instrumentalizada pela observação participante não sistemática e aplicação de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com 36 mulheres que aceitaram participar da pesquisa após contato com a gestão CPJC. O entrecruzamento de conceitos da teoria estudada com a realidade das entrevistadas culmina em falas bastante complexas e contraditórias entre elas, principalmente na presença da agente penitenciária. Entretanto, fica demonstrada a relevância da informação para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo em ambientes onde a informação tem dificuldade de adentrar. Há ações do CPJC no sentido de possibilitar o acesso à informação em diferentes aspectos. Assim as mulheres privadas de liberdade não têm exatamente o que desejam em termos de qualidade de vida, mas sabem o que desejam e as expressam no sentido de alcançá-los, inclusive percebendo diferenças oferecidas aos homens até pelos familiares.

PALAVRAS- CHAVE: Qualidade de vida; Necessidade, acesso e uso de informação; Mulheres em privação de liberdade; Qualidade de vida de apenadas.

ABSTRACT

Research conducted in the female wing of the João Chaves Penal Complex in Natal, Rio Grande do Norte, with inmates who serve sentences in a closed conditions. It emphasizes the need for studies that significantly discuss the access to and use of information in these institutions, evidencing the quality of life as a interconnected factor to information, mainly by the social character and changes of paradigms in the present time. It questions how women in the context of liberty deprivation understand and construct the concept of quality of life from the need of, access to and use of information. The research has as general objective to analyze what information the internal CPJC need and access for this purpose, and as operational objectives: to identify what they consider quality of life; characterize their need for information required and accessed; specify CPJC's possibilities of offering activities and information that lead to an improvement in the quality of life. Methodologically, it consists of an exploratory research, with a qualitative approach, of the case study type, instrumented by the non-systematic participant observation and the application of semi-structured interviews. The interviews were conducted with 36 women who accepted to participate in research after contact with CPJC manager. The intertwining of concepts from the theory studied with the reality of the distressed culminates in very complex and contradictory statements between them, especially in the presence of the penitentiary agent. However, the relevance of information to the improvement of the quality of life is demonstrated, especially in environments where information has difficulty entering. There are actions by CPJC to provide access to information in different aspects. Thus, women deprived of their freedom do not have exactly what they want in terms of quality of life but they know what they want and express it in the sense of reaching them, including perceiving differences offered to men even by their family members.

Keywords: Quality of life; Need; access and use of information; Women in detention; Quality of life of grieving.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Pirâmide das necessidades básicas.....	36
Figura 2	Pirâmide das necessidades informacionais.....	37
Figura 3	Pirâmide invertida.....	38
Figura 4	Percentual de crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal.....	56
Figura 5	Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por Unidade da Federação.....	57
Figura 6	Casa de Detenção de Natal.....	65
Figura 7	Entrada do pavilhão do CPJC.....	67
Figura 8	Os <i>post-it</i> com anotação dos termos sobre qualidade de vida.....	74
Figura 9	Pirâmide de Maslow e termos citados sobre qualidade de vida.....	76
Figura 10	Pirâmide de Barreto e termos citados sobre qualidade de vida.....	78
Tabela 1	Número de prisioneiros, no RN – 2016.....	66
Tabela 2	Internas por cela e quantidade de participantes da pesquisa.....	73
Tabela 3	Termos citados e quantificados na Técnica de Grupo Nominal.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Aprendizado em sala de aula.....	81
Quadro 2	Biblioteca X Leitura.....	82
Quadro 3	Atividade física	84
Quadro 4	Culinária	85
Quadro 5	Relacionamento com as amigas.....	87
Quadro 6	Relacionamento e visita familiar.....	88
Quadro 7	Artesanato.....	90
Quadro 8	Religião.....	91
Quadro 9	Vaidade e dia da beleza.....	93
Quadro 10	Lazer.....	94
Quadro 11	Otimismo	95
Quadro 12	Informação Disponível	97
Quadro 13	Informação Acessada.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da informação
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Ciência da Informação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
COAPE	Coordenadoria de Assistência Penitenciária
CPJC	Complexo Penal João Chaves
DECIN	Departamento de Ciência da Informação
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
E-GOV	Governo Eletrônico
GT	Grupo de Trabalho
HC	Hospital de Custódia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IQV	Índice de Qualidade de Vida
LAI	Lei de Acesso à Informação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
LEP	Lei de Execução Penal
PIB	Produto Interno Bruto
PPGCI	Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
PEESP	Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QSP	Qualificação Social e Profissional
RN	Rio Grande do Norte
RG	Registro Geral
SEJUC	Secretaria de Justiça e Cidadania

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNG	Técnica de Grupo Nominal
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.	16
1.1	JUSTIFICATIVA	21
1.2	OBJETIVOS	23
1.2.1	Objetivo Geral.	23
1.2.2	Objetivos Específicos.	24
1.3	COMPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO.	24
2	METODOLOGIA.	26
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.	26
2.2	CAMPO DA PESQUISA.	27
2.3	2.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.	30
3	QUALIDADE DE VIDA.	32
3.1	QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO. . . .	32
3.2	DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO.	41
4	CONTEXTUALIZANDO GÊNERO.	54
4.1	GÊNERO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	54
4.2	O CÁRCERE FEMININO.	58
5	O COMPLEXO PENAL JOÃO CHAVES – CPJC.	63
5.1	A ALA FEMININA DO CPJC	66
5.1.1	A Gestão do CPJC feminino.	67
5.2	PERCEPÇÕES E INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA.	69
6	QUALIDADE DE VIDA POR MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.	72
6.1	SOBRE QUALIDADE DE VIDA.	74
6.2	NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO.	79
6.2.1	Informação Utilitária.	80
6.2.2	Informação Contextual.	87
6.2.3	Informação Seletiva.	91
6.3	OFERTA DE INFORMAÇÃO.	97
6.4	INFORMAÇÃO ACESSADA.	98
7	A GUIZA DE CONSIDERAÇÕES FINALÍSTICAS.	101
	REFERÊNCIAS.	104

1 INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre qualidade de vida de mulheres em situação de privação de liberdade, quais são as necessidades de informação e em como se dá o acesso, visando identificar e construir tal conceito, inserimos a pesquisa na área da ciência da informação (CI), tendo em vista que desde seu nascedouro a CI se preocupa com a informação e a construção de conhecimento, e em seu percurso teórico volta-se para as questões sociais e de bem-estar das comunidades.

Razão por que iniciamos com um pequeno histórico de como a CI vem se constituindo. Inicia-se a partir do *The Royal Society Scientific Information Conference*, ocorrida na cidade de Londres em 1948, em cujos *proceedings* é tratada com a denominação de informação científica. Também de grande impacto para a evolução da CI é a divulgação de Vannevar Bush publicando no mesmo ano: *As we may think* no qual aponta problemas decorrentes do volume e do valor da informação disponibilizada após a II Guerra Mundial, apresentando propostas que dizem respeito a problemas de organização para atender **a necessidades e acesso à informação**, para criação de **conhecimento**. Acrescente-se, dois volumes com um pouco mais de 1600 páginas dos *Proceedings of the International Conference on Scientific Information*, evento ocorrido em Washington, D.C. em novembro de 1958. Destaque para a área 1, sobre necessidades de literatura e de referências para os cientistas. Em pleno Século XXI, as demandas permanecem existindo! Ampliam-se os usuários, em virtude de mais uma vez a tecnologia haver produzido quantidade incomensurável de produtos informacionais e como antes o mundo estar dividido entre os que possuem e aqueles que lutam para conseguir.

Tais documentos são considerados por Barreto (2008) integrantes da gênese da CI, embora a definição e denominação que usamos atualmente, ocorre somente em 1961 e 1962, fruto das reuniões do *Georgia Institute of Technology (Georgia Tech)*, consagrada e dedicada aos estudos de informação em ciência e tecnologia, mas não somente, porquanto o conceito definido pelas Conferências do *Georgia Tech* (1961 e 1962, p. 115) sinaliza que a CI tem caráter social, como destacado a seguir.

... é a ciência que investiga propriedades e comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os significados e processamento **para o acesso e uso**. O processo inclui a origem,

disseminação, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, e uso da informação. O campo deriva-se das relações com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia da computação, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e alguns outros campos.

No Brasil, os Programas de Pós-Graduação e seus pesquisadores organizam-se em torno da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em CI (Ancib), institucionalizando o campo, subdividindo-o em Grupos de Trabalho – GT, que se organizam e se constituem por temáticas e instâncias que reúnem pesquisadores para compartilhar problemas próximos ou assemelhados. Assim, o GT3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação – parece-nos ser, dentre os demais, o que se relaciona aos questionamentos e objetivos deste estudo, conduzindo a indicação acertada para justificar sua inserção na CI, motivando, inclusive, a descrição de sua ementa e os destaques em negrito.

Informação e processos culturais e simbólicos na contemporaneidade. Mediação, **circulação e uso da informação**. Redes sociais e redes que usam tecnologias, formas de recepção em **diferentes espaços e ambientes institucionais**. Usos e usuários da informação. Leitura, textualidade e memória: práticas e políticas (MARTELETO; LARA, 2008, p.8).

Historicamente a sociedade humana assinala a informação como necessária e indispensável para a realização pessoal e profissional, tanto quanto social e em comunidade de convivência, considerando-a como bem intangível e intrinsecamente relacionada a representação de pensamentos e conhecimentos que socializados pelo processo comunicacional retornam novamente na condição de informação. Entendemos a qualidade de vida, como necessidade básica para a sobrevivência do ser. Por via de consequência o acesso a informações como indispensável para identificar e construir o conceito que permite identificar as sensações de carência e de possível satisfação.

A informação como direito constituído por lei para todos os cidadãos, adquire maior visibilidade a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, é garantida por lei porquanto constitui a observância de direitos básicos, assegurando também o direito de acessar e transmitir informação:

Art. 5º - XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos

públicas informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988c, não paginado)

Portanto, informação sobre qualidade de vida é um direito, e sua **relevância social** deve ser afirmada, confirmada ou negada quando associada aos estudos sobre pessoas em condições de liberdade privada. Em segundo lugar é **temática pouco explorada** na CI, comparativamente a quantidade de estudos existentes. As pessoas que almejam a liberdade podem alcançar essa qualificação ou ampliá-la, utilizando o período de encarceramento para exercitá-la. Segundo Guerra e Amaral (2009, p.02), “a importância desse direito se dá em razão de serem titulares os seres humanos e ainda efetiva garantia à espécie humana na sua vida em sociedade, bem como a própria essência do Estado Democrático de Direito.” E, ainda, por outro lado, constitui atitude de responsabilidade social dos pesquisadores retornar os resultados dos estudos à coletividade.

Lembramos ainda que o Art. 220 da CF, assegura “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988d, não paginado).

Para Setzer (2005, p.12), a informação “é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa”. Observa-se por esse conceito que a informação se desenvolve e acompanha a evolução da sociedade humana e as implicações consequentes dos diversos cenários em que se encontra.

A informação como apresentada tem a intenção primordial de comunicar e, de acordo com o que apontam Silva e Ribeiro (2002, p.29), “a comunicação é falarmos uns com os outros, é a televisão, é divulgar informação, é o novo penteado, é a crítica literária: a lista é interminável. [...] a comunicação é a interação social através de mensagens”. Percebe-se então que o acesso à informação ocupa papel de destaque, impactando de maneira significativa os cenários políticos, econômicos, sociais como um todo. A sobrecarga de informação impulsiona os diversos meios de comunicação a buscarem maneiras de proporcionar informação a vários tipos de indivíduos com demandas distintas por meios diversificados.

Mas, será que as pessoas que se encontram encarceradas, privadas de liberdade, muitas vezes sem possibilidade de receber visitas, de conversar sobre as últimas novidades que aparecem nos meios de comunicação, tem acesso à informação? e quais são os meios que acessam? eletrônicos, digitais, informação impressa, atualizada? Em outras palavras acompanham o que acontece no mundo além das paredes do presídio?

É notório que nos tempos atuais, a internet modifica a forma como os indivíduos se comunicam, transforma a vida dos atores sociais, pode-se até afirmar que a rede mundial de computadores é em si uma tecnologia maleável, suscetível de ser alterada por sua prática social e conducente a toda uma série de resultados sociais potenciais. Representa uma expressão individual por meio de códigos definidos, um meio de comunicação que afeta de forma significativa a condição social do ser humano, muito embora não se trate somente da interação entre atores, mas de excelente meio comunicador e disseminador de informação, possibilitando acesso à informação para quantidade incomensurável de pessoas.

O uso da expressão **sociedade em rede** ou *network society* cunhada por Castells (1999), sintetiza a morfologia desta nova sociedade em que se convive com tudo que é sistêmico e interconectado. Dentre as transformações sociais que afetam esta sociedade, destacam-se o uso da internet e das tecnologias de informação e comunicação (TIC), fatores que proporcionam maior facilidade de acesso e troca de informações entre os diversos sujeitos. A internet engloba processos de automação, gerenciamento e publicidade, informações e comunicação síncronas e processos de ensino-aprendizagem, sendo responsável pela popularização das TIC, sobretudo do acesso à informação, como antes mencionado.

Contexto em que, Castells (2003, p. 08) afirma que “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos em momento específico e em escala global”, e constitui uma transformação nas mais diversas relações sociais pela utilização de um novo meio de comunicação.

Menciona-se, igualmente, a criação de portais da Administração Pública no Brasil, denominados Governo eletrônico ou e-Gov, a exemplo do Portal da Transparência, em que o cidadão pode se inteirar sobre a gestão local, estadual ou nacional, manter contato direto com os seus representantes sobre questões econômicas, culturais e sociais importantes, entre outros que caracterizam uma democracia eletrônica. (BRASIL, s/d.)

Com o advento das TICs, e principalmente com a internet e o desenvolvimento do governo eletrônico (e-Gov), surge a possibilidade de criação de novos institutos democráticos ou sua adaptação em face da democracia eletrônica, que deve ser compreendida em todas as suas dimensões tanto teleologicamente, como também observada a partir da emergência da internet e da participação direta do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias. (RAMOS JÚNIOR; ROVER, 2015, p.01).

Quanto às mídias de caráter oficial como o e-Gov, enfatiza a evolução significativa no que diz respeito ao direito que o cidadão possui de receber informação pública, principalmente daquelas mantidas em arquivos, contrariando o que ao longo da história estava baseava-se na regra do sigilo, passando a regra do acesso.

O desenvolvimento de programas de Governo Eletrônico tem como princípio a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos, com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais (BRASIL, s/d, não paginado).

Desta forma, recorre-se à Rover (2004, p.9) quando afirma: "podemos dizer que quem não estiver conectado a essa rede mundial fica fora da vida social, econômica, científica, que desenrola em tempo real através dos caminhos da Internet". Com a ampliação do acesso, denota-se que a efetiva participação dos sujeitos poderá influenciar nas transformações sociais, projetar e difundir opiniões, construir o conhecimento, acrescer e compartilhar saberes, além de promover o aprendizado.

Dentro da caracterização da informação como fator de transformação vinculado à ressocialização social, inserem-se os indivíduos que se encontram em instituições prisionais, destacando-se que o acesso à informação é considerado um fator basilar, um direito que antecede aos demais e que pode ser o elemento diferencial, inclusive porque outros direitos lhes são retraídos durante o cumprimento de pena, embora o Código Penal brasileiro, Art.38, estabeleça que o apenado "conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade." (BRASIL, 1940, não paginado).

Costa Júnior (1992 apud BARROS FILHO, 1997, p.2) considera que "o preso não se reduz a simples objeto de um processo administrativo penal. Mas, ao contrário, deve ser considerado como titular de direitos e faculdades e não mero detentor de obrigações e ônus". Essa assertiva entrelaçada à premência de ressocialização do indivíduo, pressupõe a informação como fator relevante ao desenvolvimento desses

processos e prestação de serviços, por meio de uma gama de ações e práticas fundamentadas, que assegurem os direitos dos cidadãos apenados.

Para tanto, afirmamos que:

Deverão ser empregados todos os meios apropriados, inclusive atendimento religioso, nos países onde isso for possível, educação, orientação vocacional e capacitação profissionalizante, assistência social, aconselhamento para o emprego, desenvolvimento físico e fortalecimento do caráter moral, conforme as necessidades individuais de cada preso, levando-se em conta sua história social e criminal, suas capacidades e aptidões físicas e mentais, seu temperamento pessoal, a duração de sua sentença e suas perspectivas após a soltura. (COYLE, 2002, p.101-102).

Reis e Carvalho (2007, p.9) destacam o papel social do profissional bibliotecário pois, a ele cabe a responsabilidade de zelar e fazer compartilhar a herança do exercício da cidadania, trabalhando com a informação, levando-a àqueles que necessitam. Pontuamos, fazendo coro com Reis e Carvalho, que diante do contexto do sistema prisional, a informação circula de maneira bem particular, mas este é ainda um espaço para exercitar a experiência do profissional da informação-bibliotecário, diante das possibilidades de atuação nesses ambientes.

Neste sentido Trindade (2009, p.47) observa que a biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, oferecendo aos presos informação útil, apresentando a oportunidade de aperfeiçoarem habilidades literárias, de atingirem os seus interesses culturais e de aprendizado, abrindo, com isso, uma janela para o mundo exterior. Entretanto no CPJC, complexo cuja biblioteca possui cerca de mil e duzentos exemplares, além dos demais projetos ligados ao acesso a informação, não há disponibilidade de profissional da informação atuando neste espaço.

1.1 JUSTIFICATIVA

A participação no grupo de pesquisa intitulado “Informação nas Organizações Públicas e Governamentais”, do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), serve como estímulo e torna possível o aprofundamento de leituras relacionadas à temática de acesso à informação em ambientes diversificados.

Esta imersão incita à continuidade dos estudos na Pós-Graduação a empreendermos a investigação sobre os processos de acesso à informação tendo como campo uma instituição prisional feminina, propondo-nos a análise das relações entre o acesso à informação e seus efeitos na qualidade de vida decorrente das percepções das apenadas do Complexo Penal Dr. João Chaves (CPJC), localizado no município de Natal, como citado. Também apontamos e estamos conscientes da proposta desse estudo direcionada a identificar a necessidade e ao acesso à informação em ambientes prisionais, ser potencialmente de grande valia aos estudos da CI, por abranger problemáticas diversas vinculadas à sociedade e, de outro modo, apresentar lacuna considerável na literatura disponível relacionada a essa população, sobretudo no Brasil.

Isto se confirma pela pequena quantidade de estudos dedicados ao sistema penitenciário na área da ciência da informação. Segundo levantamento geral feito na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) existe um total de 25 textos dos quais 8 direcionados a mulheres privadas de liberdade, vivendo em presídios. Destes, 3 focalizam a biblioteca do presídio como espaço cultural-educativo de ressocialização; 3 abordam a info-comunicação, a liberdade das vozes e a cultura no cárcere; e as 2 últimas perpassam pela leitura como caminho para a liberdade e sobre memória institucional. Um dos 8 artigos está direcionado à apenada grávida.

Embora não tenhamos detalhado os textos referentes aos homens, ressaltamos que no PPGCI-UFPB, entre 1980 e 2018, há somente uma dissertação, estudando práticas informacionais por meio da técnica de história de vida, no presídio de João Pessoa. Em contra-partida nenhuma dissertação ou tese dedicada ao gênero feminino.

Com base nessas informações afirmamos uma lacuna de estudos em sistemas prisionais, principalmente quando se trata do gênero feminino. Isto se aplica tanto a situação do Brasil como pode ser verificado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), com acréscimo de que a Paraíba é uma região com altos índices de criminalidade, além de número crescente e rotineiro de apenados. Portanto, investir em estudos que estimulem o conhecimento sobre ressocialização a partir do acesso e uso da informação atrela-se a uma das diretrizes do Código Penal (BRASIL, 1940a, não paginado), que instrui para “prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.”

Pretende-se que a pesquisa e os resultados obtidos impulsionem estudos na área social, principalmente em instituições em que a informação teria maior dificuldade de circular e ultrapassar barreiras impostas por fatores variados, tendo em vista, principalmente o número de pesquisas direcionadas ao público em questão.

A pesquisa também se justifica por contribuir para questionar a postura dos órgãos responsáveis pela criação de políticas, planos e estratégias para a melhoria do acesso à informação, bem como educação e qualificação profissional visando a ressocialização de pessoas que se encontrem privadas de liberdade.

Indiscutivelmente a reintegração só é possível através de projetos de política penitenciária que tenham como finalidade ajudar os indivíduos apenados para que estes possam, quando saírem da penitenciária, serem reintegrados ao convívio social, visto que os preceitos de dignidade das pessoas devem ser respeitados em estágios de sua vida, sem pré-conceitos. Assim a ressocialização tem o intuito de resgatar a dignidade, a auto estima da pessoa apenada, possibilitar aconselhamento e condições para amadurecimento pessoal, além de lançar e efetivar projetos para proveito profissional, dentre as formas de incentivo e com elas tornar possível os direitos básicos do cidadão/cidadã que aos poucos podem ser priorizados.

A construção desta pesquisa é direcionada a ressocialização, visto que o tempo afastadas da sociedade, pode e deve ser utilizado de forma benéfica para possibilitar uma condição de mudança social aos sujeitos. Neste sentido, esperamos que a pesquisa seja relevante também para outras áreas e que tais possibilidades conduzam a repensar técnicas de retorno a vida em liberdade utilizando o acesso à informação como aliadas das instituições penais. Assim, explicitamos a questão que move o estudo: **como mulheres em contexto de privação de liberdade interpretam e constroem o conceito de qualidade de vida por meio do acesso à informação possibilitada na penitenciária?** Que conduz a operacionalização tendo como objetivos geral e específicos, os que seguem.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como o acesso as informações, disponibilizadas pelo complexo penal João Chaves, vem contribuindo para a (re)construção significativa do conceito de qualidade de vida por parte das mulheres apenas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Identificar o que as internas do Complexo Penal João Chaves consideram como qualidade de vida;

Caracterizar a necessidade de informação requerida pelas apenadas versus a informação recuperada para construir o conceito de qualidade de vida.

Especificar possibilidades do CPJC de oferta e acesso de informação que conduzam a melhoria da qualidade de vida.

1.3 COMPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Inicia-se por esta introdução em que se apresentam o tema e a questão de pesquisa, seus desdobramentos e objetivos decorrentes (geral e específicos) que devem conduzir e operacionalizar a questão de pesquisa. De outra parte, insere-se a temática na área da ciência da informação para em seguida apresentar justificativa pessoal e profissional.

A metodologia compõe o capítulo seguinte. Este subdivide-se entre a tipologia da pesquisa e suas características, o cenário em que a pesquisa foi desenvolvida, denominado Complexo Penal João Chaves, destacando e referindo a ala feminina onde se situam as participantes da pesquisa, ou seja, as internas que cumprem pena na instituição citada e por fim o processo de coleta e análise de dados do estudo.

Em termos o capítulo 3 está estruturado a partir de um quadro teórico conceitual subdividido em qualidade de vida e necessidade de informação, trazendo a tona os conceitos de ambas e mostrando como uma complementa a outra de forma a melhorar aspectos inerentes da vida humana. Insere-se o direito à informação e o acesso instituições prisionais, introduzindo a origem do termo informação e o contexto assumido na história da humanidade, sobretudo com o papel da comunicação e a inserção do contexto informacional dentro do sistema penitenciário. A recomendação do acesso a informação em virtude da responsabilidade por gerar conhecimento aos

indivíduos, principalmente no que diz respeito aos conhecimentos dos direitos sociais e cívicos, considerando o conhecimento com um caráter de melhoria na condição de vida do indivíduo sob diferenciados aspectos.

A sequência está composta pela contextualização do gênero, com ênfase na composição dos preconceitos estabelecidos entre o feminino e o masculino, bem como o cárcere feminino. Continuamente entramos no contexto histórico do Complexo Penal Dr. João Chaves, sua ala feminina e as percepções a respeito da inserção do campo de pesquisa.

Na continuação estão os resultados da pesquisa compostos por termos indicados sobre qualidade de vida por mulheres em situação de privação de liberdade e a qualidade de vida no CPJC, a necessidade de informação dentro dessa instituição penal, trazendo um contexto onde essa necessidade é subdividida em informação de caráter utilitária, contextual e seletivo, bem como as oferta de informação e a informação acessada.

Por fim, as considerações finais sobre a temática abordada no presente trabalho e impressões a respeito das respostas proporcionadas pelas técnicas utilizadas na pesquisa.

2 METODOLOGIA

A metodologia é parte essencial de toda pesquisa, e é composta por um conjunto de abordagens e métodos que colaboram para a investigação de um problema específico, suas explicitações, explicações e aspectos concernentes.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste estudo adota-se abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, descrito por Yin (2015, p. 21) como aquele que “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos”.

Richardson (2008, p.117), define que as abordagens qualitativas são utilizadas em “situações complexas ou particulares e buscam descrever essa complexidade, analisar a interação de certas variáveis, compreender os processos dinâmicos de grupos sociais e contribuir com a mudança de determinado grupo”. Razão porque a pesquisa busca o aprofundamento de uma realidade específica que pode ser adquirida por meio de percepções e informações fornecidas pelo grupo estudado, captando-se explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Para Marconi e Lakatos (2008, p.77) uma das finalidades principais é “aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou, ainda, modificar e clarificar conceitos”. Embora, neste momento da pesquisa, ainda não se pense em continuidade para o futuro, mas sim na familiarização com o ambiente, com as condições das pessoas que se encontram privadas de liberdade e em como ocupam seu tempo em busca de viver com mais qualidade.

Quanto às técnicas de pesquisa, utiliza-se a pesquisa bibliográfica documental, que permite visão mais abrangente dos temas estudados, dimensões de tempo e compreensão social, o que “favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.” (CELLARD, 2008, p.295).

Instrumentalizada pela entrevista semiestruturada, a pesquisa permite ao entrevistado maior liberdade para discorrer sobre o tema proposto, além disso, as

narrativas obtidas por esse meio são determinadas por um contexto histórico, temporal e cultural. Ou em outras palavras realizar “uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa” (MINAYO, 2010, p.108). No espaço em questão, a observação participante não sistemática, torna-se fundamental, tendo em vista que por meio dela espera-se conseguir identificar as discrepâncias existentes entre o discurso escrito e falado e as práticas sociais exercidas.

2.2 CAMPO DA PESQUISA

Minayo (2014, p.105), afirma que o campo de pesquisa é o local em que esta se realiza e ocorre a coleta de dados necessários à elucidação e esclarecimentos do problema, observado de uma forma ampla, constituindo-se em um “recorte espacial correspondente à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”. Corresponde então ao Complexo Penal João Chaves¹ localizado na Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 963, Estrada da Redinha, Bairro Potengi, no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

A instituição tem como missão contribuir com a segurança civil da sociedade potiguar por intermédio de adoção de políticas públicas direcionadas aos Direitos Humanos no sistema prisional. De natureza estatal pública, vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC) e gerida pela Coordenadoria de Administração Penitenciária (COAPE) e na esfera federal pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). O complexo atua de acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2017, pelo governo federal em formato de integração, coordenação e cooperação com estados e sociedade, sendo a cidade de Natal-RN, uma das capitais escolhidas para a modernização do sistema penitenciário e o combate integrado às organizações criminosas. Também figuram como prioridades do referido plano a redução do feminicídio; a violência contra a mulher; a diminuição de homicídios dolosos e o combate integrado ao tráfico de drogas e de armas.

¹ Site institucional da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - RN. Disponível em: <<http://www.sejuc.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=89230&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Unidades+Prisionais>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

No que refere a parte legislativa, indicam-se a Lei de Execuções Penais (LEP) n° 7.210 de 11 de julho de 1984 e o Código Penal n° 2.848 de 7 de dezembro de 1940. A SEJUC é o órgão responsável por administrar o sistema de segurança pública do RN, e tem como missão contribuir, através de ações, para a melhoria na qualidade de vida e respeito aos direitos dos cidadãos. O CPJC por sua vez tem seus recursos humanos, financeiros e materiais provenientes da SEJUC, perpassando pela política de segurança pública, a qual o sistema prisional em questão está relacionado. Já a COAPE tem como competência gerenciar as penitenciárias do estado e propiciar às unidades a melhor estrutura possível para acolher e proporcionar ao preso provisório, condenado ou internado, as condições dignas para o cumprimento da pena ou decisão criminal, nos termos dos direitos e deveres contidos na LEP.

O Complexo engloba o pavilhão para os dois gêneros e o Hospital de Custódia (HC) para presos/as em medida de segurança. O pavilhão dos homens deveria comportar apenas os regimes aberto e o semiaberto, mas atualmente abrange também o fechado, devido à realidade das unidades prisionais do Estado, em que algumas penitenciárias recebem os presos que vêm de outras unidades, causando superlotação.

O pavilhão para o gênero feminino foi criado em 1992, existindo nele o regime fechado, aberto e o semiaberto, porém o regime semiaberto não é implementado da forma como deveria ser, devido à estrutura física da unidade. O regime semiaberto não é cumprido como previsto no Código Penal de 1940 no CPJC, pois é designado que a pena deve ser cumprida em uma colônia agrícola ou industrial e no período noturno dormiria na unidade prisional. Contudo, isso não ocorre, interferindo no regime semiaberto e provocando um ineficiente meio de ressocializar, devido ausência de colônias agrícola e/ou industrial. Não é por demais lembrar que no Rio Grande do Norte existe apenas uma unidade agrícola que se localiza na cidade de Mossoró/RN, porém apenas essa unidade não consegue acolher toda a demanda de prisioneiros do regime semiaberto do estado, atende apenas a sua região. Além disso, essa colônia é voltada para homens reclusos, ficando mais uma vez as mulheres em situação desvantajosa.

O CPJC – Pavilhão das internas conta com 14 celas no pátio interno, e 3 celas destinadas a triagem² e cumprimento de sanção disciplinar que fica no pátio externo. Esta ala tem capacidade para custodiar 70 internas, porém, atualmente tem 137 presas,

² Período de 10 dias que as apenadas não recebem visita das famílias.

encontrando-se com população acima do número em virtude da alta demanda. A instituição recebe diariamente várias presas provisórias e condenadas de unidades prisionais do RN e rotineiramente o fluxo de entrada e saída de apenadas é intenso, sendo o número das que chegam superior ao das que são liberadas.

As mulheres que cumprem suas penas no CPJC são mulheres comuns, em sua maioria de baixa renda e que se envolveram no mundo do crime graças a necessidade sustentar suas famílias. O CPJC abriga atualmente mulheres de diferentes idades, algumas com problemas de saúde sérios e até problemas psiquiátricos, além das grávidas que geram seus filhos atrás das grades do presídio.

Durante o desenrolar da pesquisa foi perceptível que uma margem significativa das mulheres que estão presas no CPJC tem filhos, vale lembrar que essas crianças quando não destinadas à responsabilidade de um familiar são vinculadas ao sistema de adoção, ação esse que embora necessária acaba gerando imenso pesar nas mães.

De acordo com o levantamento feito, a instituição conta com alguns programas de ressocialização e educação das apenadas, com uma biblioteca, escola penitenciária, assistência jurídica e social, bem como cursos educativos na área de artesanato, formação profissional e confecção de terços para uma empresa particular do ramo, buscando contribuir para a recuperação da dignidade da apenada e colaborar com a manutenção da democracia.

A biblioteca foi inaugurada no ano de 2016 e atualmente conta com mais de mil exemplares. Dentre as obras disponíveis, há títulos literários, técnicos e na área de filosofia. Dispõe atualmente de um profissional que organiza o acervo e responde ou atende às questões informacionais no ambiente. Contudo o profissional em questão não tem formação na área de biblioteconomia.

A escola penitenciária funciona em conjunto com a biblioteca, ambiente que segundo a coordenação da instituição, era utilizado anteriormente como alojamento das presas que trabalhavam na unidade. As aulas são realizadas de segunda a quinta, no período da tarde, e juntamente com a escola são oferecidos cursos educativos de artesanato, como fuxico, crochê, pintura, bordados e confecção de bolsas. O projeto em questão denomina-se **transforme-se** e é uma parceria entre a Cosern com apoio do Governo do Estado, através da Lei Câmara Cascudo e da Secretaria de Justiça (SEJUC). Segundo a atual gestão do CPJC, além das aulas de artesanato o projeto tem servido de

incentivo ao empreendedorismo, buscando ensinar como fazer e comercializar o produto após a saída do complexo.

Quanto às assessorias jurídica e social o funcionamento ocorre por meio de ações realizadas para melhorias da dignidade das presas, bem como entender o funcionamento de suas penas e os direitos e deveres a elas reservados. São realizados, plantões de promoção a saúde física e mental, como também ações de cidadania e confecção de documentos como RG e CPF das apenadas que chegam a instituição sem portar os mesmos. Além das ações que tem como objetivo promover a autoestima das internas que estão fora do convívio social por meio de atividades que incluem poesia, música, corte de cabelo, sobrancelhas, esmalteria, distribuição de brindes e doação de livros para biblioteca da unidade. Geralmente essas ações são vinculadas a alguma data comemorativa como Dia Internacional da Mulher, Natal, Ano Novo etc...

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta iniciou-se com visitas feitas entre março de 2018 a março de 2019, objetivando conhecer e observar a rotina das internas/colaboradoras durante as aulas, e realizar as técnicas de coleta de dados para a consecução deste estudo.

Adentrar as dependências de uma unidade prisional é de longe um dos atos mais difíceis que já vivenciei, todo o processo teve início com a solicitação para autorização de entrada no Complexo, tal solicitação foi feita a Coordenadoria de Assistência Penitenciária (COAPE), em torno de 30 dias obtive retorno da Coordenadoria e fiz a primeira visita as dependências do CPJC.

A primeira visita foi marcada por uma serie de perguntas, todos os questionamentos direcionados a entender qual a proposta de pesquisa e como a mesma seria realizada, em seguida foi levantado pela gestão as regras que um pesquisador deveria seguir para poder dar continuidade a pesquisa, a exemplos disso sempre dava entrada no Complexo era feita uma breve revista, sendo necessário deixar todos os pertences pessoais em uma sela e passar pelo detector de metal. Ficou acordado que não adentraria ao Complexo; aparelhos eletrônicos como celular, gravador, notebook, entre outros.

Além disso, não seria possível que as apenadas utilizassem canetas ou lápis, pois acredita-se que dependendo da situação essas matérias se comportam como armas. Diante de todas as recomendações fiquei no aguardo para iniciar contato com as mulheres, porém devido problemas e mudanças de gestão por vezes as visitas ao CPJC foram apenas para reconhecimento, nessas visitas em questão aproveitei para criar um ambiente mais amigável, pois a princípio os olhares assustados e desconfiados me acompanhavam a cada entrada.

No decorrer do período a qual não tive acesso as apenadas aproveitei para conhecer um pouco da rotina daquelas que trabalhavam na cozinha, enfermaria e também o dia a dia das agentes penitenciárias do CPJC, tal ato em suma me ajudou a entender o caminhar do Complexo e adquirir um pouco da confiança das mulheres do CPJC.

Assim, quando tive oportunidade de iniciar a coleta de dados optei por dividi-la em dois momentos. O primeiro ocorreu com a realização de um *brainstorming* - utilizando a técnica de grupo nominal - TGN, visando provocar a explicitação de termos sobre qualidade de vida pelas pessoas em situação de prisão. A TGN é usada quando se quer obter consenso entre integrantes, sem que um influencie o voto dos demais. Obedece aos seguintes passos: cada participante escreve suas ideias em um papel; após o registro das ideias em post it; elas foram ordenadas e votadas para que se ter uma classificação.

No segundo momento utilizou-se questionários individuais para conhecer as informações que respaldam a qualidade de vida, para cada apenada. Além disso há ainda acompanhamentos como pesquisadora de algumas rotinas, até a permissão do sistema prisional. De início acompanhada por uma guarda, designada previamente, pela Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado (COAPE).

A utilização de um caderno de campo foi importante para detalhar percepções, evolução do projeto e facilitar o acompanhamento e desenvolvimento do estudo. No caderno de campo estão, por exemplo, anotações sobre o desenrolar das conversas, o período acompanhado pelos colaboradores da instituição, como acontecem as experiências e quais sensações são explicitadas ou percebidas, reflexões subsequentes sobre as conversas mantidas, dentre aspectos outros que devem contribuir para ampliação da análise dos resultados.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de conteúdo é segundo Bardin (2011, p.15) um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados a discursos (conteúdos e continentes), utilizando categorias, que agrega elementos constitutivos de conjuntos por diferenciação ou por reagrupamento de critérios previamente definidos, ou definidos somente por ocasião da análise das informações. Obedecem aos questionamentos definidos, aos objetivos específicos que oferecem os elementos orientadores da pesquisa, inclusive na elaboração das perguntas feitas as encarceradas. E foi o que se utilizou para as categorias de análise das informações recolhidas.

3 QUALIDADE DE VIDA

A partir da ciência da informação, primeiramente entendemos que qualidade de vida refere ao atendimento de necessidade de informação para em seguida apresentarmos o direito e acesso à informação antecedido pelas garantias e recomendações da Constituição Federal, que a partir de 1988 asseguram ao cidadão receber informação de caráter particular ou coletivo advindo de órgãos públicos, bem assim como da Controladoria Geral da União.

3.1 QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

O termo qualidade de vida, encontra-se em ampliação de uso na sociedade atual, principalmente no vocabulário popular e de senso comum tendo o termo como uma maneira de resumir melhorias ou de elevar o padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam de ordem econômica, social ou emocional. Faz referência, por outro lado, a como um indivíduo internaliza as percepções do seu cotidiano, e liga-se aos diversos contextos vivenciados por ele.

Como mencionado, essa multiplicidade de concepções engloba tanto os conceitos científicos, como também o conhecimento popular que permeia a vida das pessoas. Por sua relação com a área da saúde e com a econômica, (ao menos em termos científicos) parece ser nelas que os conceitos mais utilizados tenham surgido. A Organização Mundial de Saúde (2013) defende que qualidade de vida:

... é a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida. (OMS, 2013)

Embora diverso do conceito utilizado pela economia, em muito se assemelha, porquanto Galbraith (1971) acredita que a melhoria das condições de vida dos homens está ligada com hábitos saudáveis, tais como, cuidar do corpo, alimentação equilibrada, relacionamentos saudáveis, lazer, hábitos que o façam sentir-se bem, melhorar o humor,

evitar stress, controle sobre a própria vida, medindo quantidade e qualidade de bens e serviços a que se pode ter acesso.

De certa forma os dois conceitos se complementam, e os economistas consideram que tudo tem início nos hábitos saudáveis e somente após o controle da própria existência surgem quantidade e qualidade de bens a que se pode acessar. Existe atualmente uma série de parâmetros sendo desenvolvidos para a medição de aspectos referentes à qualidade de vida, um dos mais conhecidos é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, sistema elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Criado com a intenção de deslocar o debate sobre desenvolvimento de aspectos puramente econômicos, como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego e inserindo aspectos de natureza social e cultural. Nesse indicador encontra-se também a concepção de que renda, saúde e educação são três elementos fundamentais da qualidade de vida de uma população.

O IDH é um indicador sintético de qualidade de vida que, de forma simplificada, soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação de determinada população. A renda é avaliada pelo PIB real per capita; a saúde, pela esperança de vida ao nascer e a educação, pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário combinados. Renda, educação e saúde seriam atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas (MINAYO, 2000, p.4)

O IDH como elemento de análise sobre o fator qualidade de vida tem sua importância também para a criação de novas ferramentas, como por exemplo, o Índice de Qualidade de Vida (IQV), medida criada pelo jornal Folha de S. Paulo incluindo um conjunto de fatores como trabalho, moradia, segurança, saúde, renda, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte. Elementos que são analisados a partir do ponto de vista da população, e divididos por faixa de renda, escolaridade, categoria social, sexo e faixa etária. O IQV é pautado sobre o grau de satisfação dos cidadãos em um intervalo de 0 a 10.

Nota-se que, ao lidar com esse tema específico, muitas interpretações podem surgir, seja de cunho científico ou pessoal, devido à falta de especificidade terminológica e de uma fragmentada visão sobre o tema, muitas vezes qualidade de vida passa a ser, de forma equivocada, um termo abordado como algo a ser alcançado e que

depende unicamente da boa vontade e da atitude individual do sujeito em mudar seus hábitos.

Neste sentido, a multidisciplinaridade a qual o termo engloba envolve os parâmetros sociais, de saúde e econômicos. Esses indicadores podem ser visualizados por diferentes áreas de conhecimento, com referenciais e procedimentos diferentes, sendo vinculadas a definições e concepções variadas. Por exemplo, a análise semântica do termo ou até as análises filosóficas. De acordo com Minayo (2000, p.20).

:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A abordagem exposta por Minayo, ampara-se na compreensão social do termo, considerando as questões subjetivas como satisfação nas relações sociais, culturais e de bem-estar. Isto demonstra que o entendimento sobre qualidade de vida depende da carga de conhecimento do sujeito, do meio em que ele está inserido, de seu grupo específico de convívio, e das expectativas próprias em relação a conforto e bem-estar.

Entende-se, assim, que a qualidade de vida torna-se um objeto de desejo, de acordo com Almeida (2012, p.14), pois a afirmação direciona para uma percepção do tema como algo a ser alcançado, como se para atingir tal nível fosse preciso estabelecer padrões de realizações de vida. Tais padrões podem direcionar a uma percepção de temas como: cuidados com a vida sexual; ter prazer; garantir mais tempo para si; movimentar o corpo; comer bem; minimizar as exigências; frequentar o médico com regularidade; manter boas relações; e cultivar a espiritualidade.

Essas orientações fazem parte, sobretudo de hábitos individuais do cotidiano e estão ao alcance do sujeito que almeja uma melhoria na qualidade de vida. Gonçalves e Vilarta (2004, p. 106) abordam qualidade de vida pela maneira como as pessoas vivem,

sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito.

O consenso, entre os autores das várias áreas aqui abordadas, mostra que a qualidade de vida, passa tanto pelo senso individual quanto pelo coletivo, mas evidencia que é também responsabilidade de algumas esferas governamentais proporcionar um ambiente propício ao bem-estar e estimular a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, mesmo eles estando em situações diversas ou em pautas não necessariamente direcionadas e vinculadas a eles.

Dos conceitos mencionados, é necessário lembrar também que existem ressalvas significativas quando se trata da qualidade de vida dentro do sistema prisional, influenciado sobretudo pelas percepções individuais de cada recluso e sua percepção sobre o contexto do presídio. Explicam Novais, Ferreira e Santos (2010) que os reclusos têm diferentes percepções relativamente ao suporte existente dentro do sistema penal. Eles elegem três grandes categorias:

- a) o bom relacionamento com todos os elementos que fazem parte do convívio no ambiente prisional, como agentes penitenciários, policiais, equipe médica e demais apenadas;
- b) relacionamento saudável apenas com alguns indivíduos
- c) finalmente, reclusos que consideram não se sentirem apoiados por ninguém.

As três categorias mencionadas estão totalmente ligadas a diferença existente entre os lugares únicos de cada indivíduo em meio a um ambiente coletivo, como também a abordagem estabelecida pela instituição a qual o apenado está vinculado, sendo essa instituição a responsável por definir as questões relativas à saúde, alimentação, vivência familiar, além das estratégias adotadas no tempo de encarceramento para condução do processo de ressocialização.

Desta forma, percebe-se que o julgamento referente à criação do conceito de qualidade de vida é ditada pelas crenças, experiências e valores individuais e coletivos que a ele se reportam em variadas épocas, em diversidade de espaços e histórias, sendo, portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural.

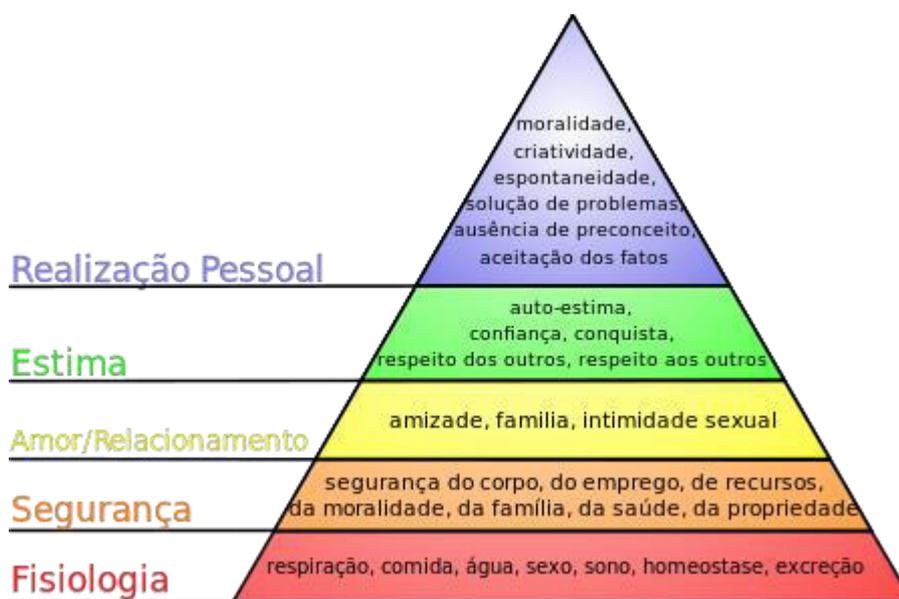
A defesa da qualidade de vida assume conotação correlata à defesa da sociedade. Tendo em vista os parâmetros materiais e não materiais que compõem a concepção do termo. Os parâmetros materiais segundo Minayo (2000, p.12) são aqueles ligados a

alimentação, acesso à água potável, trabalho, educação, habitação, saúde e lazer; esses elementos materiais têm como referência noções relativas a conforto, bem-estar e realização individual e coletiva.

Já os parâmetros não materiais como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade são definidos de pessoa para pessoa, conforme o que o indivíduo estabelece como prioridade para sua própria vida, diferente dos padrões materiais que recebem influência da sociedade e daqueles que a representam, os governantes, que tem como dever o fornecimento a um ambiente propício ao melhor desenvolvimento dos cidadãos de forma individual ou coletiva.

A qualidade de vida está direcionada a hierarquia das necessidades humanas e tem relação direta com a pirâmide de Maslow, ligada à necessidade de informação, condição indispensável ao atingimento do acesso a informação.

Figura 1 - Pirâmide das necessidades básicas



Fonte (MASLOW, 1970)

Maslow subdivide as necessidades em cinco categorias específicas, em cada patamar da pirâmide considera um estágio de necessidade do mais urgente (base da pirâmide) ao mais superficial (topo da pirâmide), podendo ocorrer um processo de inversão da pirâmide de acordo com uma necessidade individual a ser atendida.

A hierarquia das necessidades humanas determina o comportamento dos indivíduos, indica os fatores indicativos de motivação, desempenho e satisfação no trabalho, podendo também ser aplicados a qualidade de vida, de maneira geral. No seu estudo empírico, Maslow (1970) apresenta uma pirâmide das necessidades humanas e o comportamento associado a cada nível desta pirâmide. O indivíduo movimentar-se-ia da base para o topo, passando de um estágio para o outro quando todas as suas necessidades, naquele estágio anterior, estivessem satisfeitas.

A configuração da pirâmide indica que há sempre um número maior de pessoas na base do que no topo. Na base estariam as pessoas que procuram satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, sendo que o seu comportamento seria fundamentalmente o de perseguir e satisfazer estas necessidades, que representam a segurança de suas próprias existências em determinado espaço. Seja este ambiente uma empresa, ou seja uma ala de um presídio feminino, o primordial e precípuo é continuar vivo, a partir do que outras necessidades surgem.

Figura 2 – Pirâmide de necessidades informacionais

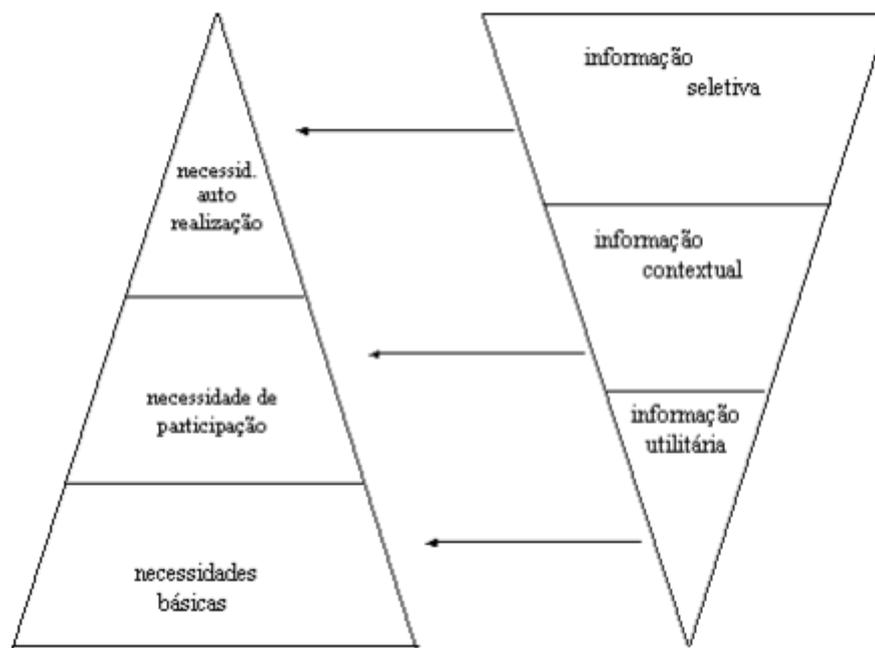


Fonte: (BARRETO, 1999).

Subindo na pirâmide estariam os indivíduos que, depois de resolvidas as necessidades de segurança, orientam-se por um comportamento participativo e por uma vontade de permanecer nos grupos, sejam os grupos de trabalho, comunidade, afetivos ou profissionais. A demanda de informação deve ajudar a garantir a permanência segura nos vários contextos em que habitam e que pretendem permanecer.

Por último no topo da pirâmide, observa-se que, tendo estado com as necessidades anteriores atendidas, os indivíduos são impulsionados por sentimentos de auto-realização e vinculam à informação com compromissos de reflexão, criatividade e satisfação pessoal de seu potencial. Tanto que as informações requeridas se apresentam com maior nível de qualificação e seletividade. Ao se configurar a demanda de forma simplificada, infere-se que o fluxo de informações agrega qualidade no sentido da base para o topo. Por esta razão, a oferta de informação se relaciona com a demanda como uma pirâmide ao contrário, inversamente proporcional em quantidade e em qualidade às posições da informação solicitada.

Figura 3- Pirâmide invertida



Fonte; Barreto, 1999.

A Figura 3, configura uma pirâmide invertida, na qual a necessidade de informação dos indivíduos é estruturada em estoques e é inversamente proporcional em termos qualitativos e quantitativos referente às informações solicitadas. Ela configura situações de racionamento e excedente de informação nos seus extremos.

Acredita-se que as necessidades de informação estão inseridas no escopo do pensamento e da construção de sentidos. De acordo com Jonathas Luiz Carvalho Silva (2012) as necessidades de informação são fruto de fenômenos sociais de interação com outros seres que estimulam a consciência para a construção de conhecimento.

Ainda de acordo com o autor recém mencionado, as necessidades de informação contemplam três fundamentos:

A autonomia de informação do usuário que sente uma necessidade diante de um fenômeno social e pode ou não reconhecer o papel de um centro de informação para suprir suas necessidades de informação; o contexto das relações sociais dos usuários com outros componentes humanos que o levam a sentir necessidade(s); e a interação do usuário com o próprio centro de informação quando as necessidades já são minimamente concebidas. (SILVA, 2012, p.5).

Os fundamentos mencionados podem se subdividir quanto aos: Processos históricos e cronológicos; processos humanos; processos psicossociais e processos institucionais e psicopedagógicos. Todos os processos visam atingir o princípio básico da necessidade de informação, pautado na satisfação do usuário que atualmente perpassa por um processo de urgência, fenômeno que em tudo se relaciona a evolução das tecnologias e a rapidez na qual a sociedade atual está inserida.

Importante salientar que a necessidade informacional na visão de alguns autores como Wilson (1981) defende que essa não é caracterizada como uma algo fundamental, tal qual, por exemplo, um lar ou alimentação, mas antes, é uma busca que surge do desejo de atender as necessidades primárias. No entanto, Le Coadic, (2004) em contrapartida afirma que os seres humanos têm necessidade de informação da mesma forma que precisam de alimento ou abrigo.

A indispensabilidade da informação, como uma necessidade básica ocorre influenciada por diversos fatores e estão relacionados com a importância que cada indivíduo impõe sobre esses em momentos diferentes. Destaca-se ainda Wilson (1981), para quem a necessidade informacional também é influenciada pelo ambiente no qual o usuário está inserido e ainda podem ser desencadeadas ou inibidas por fatores tais como

o estresse, podendo envolver uma série de variáveis intervenientes decorrentes de fatores de ordem psicológica, demográfica, de desempenho, entre outros.

Essa necessidade trata-se de uma representação do sujeito, e até mesmo do meio coletivo. A busca por informação é uma forma de produção simbólica cotidiana, expressa e articula diferentes formas de saberes, os quais ajudam na construção das identidades, das práticas culturais e das tradições, que por sua vez conformam modos de vida.

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação da memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (MOSCOVICI, 2003, p.37).

Chun Wei Choo (2003) afirma haver identificado aumento na quantidade de pesquisas que tratam de necessidade, acesso e uso da informação. Ele indica que a necessidade de informação surge como sentimento de dúvida e de inquietude, mas, tais sentimentos podem se solidificar e desencadear a busca da informação, que por sua vez muda o nível de conhecimento. E, Choo continua, citando níveis de comportamento das pessoas: o situacional que molda a necessidade e o uso da informação; o cognitivo que analisa como a informação supre diferentes lacunas; e o afetivo que examina as emoções e como o estado psicológico influencia na busca. Por fim, conclui que a necessidade, a busca e o uso são determinados pelas demandas e pelo ambiente social.

Suas ideias e as do autor mexicano, Juan José Calva Gonzalez (2004) se assemelham ao explicitar que o cérebro ao evoluir tem necessidade de informação para adquirir conhecimento que vem do exterior, influenciado por fatores sociais. Podemos então afirmar que são socializados, comunicados e transmitidos por pessoas que já detêm esses conhecimentos. No cérebro ocorre então reflexos incondicionados, que possibilitam ao homem maturar, se desenvolver e adquirir personalidade, desencadeando as necessidades de informação, primeiramente da informação verbal e escrita, dotada de significado acústico e visual. Ao ser processada pelo sistema nervoso, este simplifica o que percebe e recebe, levando a informação a atingir níveis mais altos. Uma vez no cérebro, este gera conhecimento que pode transformar-se em nova informação. Para Galva Gonzalez, o cérebro recebe a informação, processa, armazena, e a acumula nas formas de conhecimento e experiências que podem ser utilizadas para

sua sobrevivência. Tanto que se pode considerar que no sistema prisional a necessidade de informação deve ser tida como básica, porém sempre moldada de acordo com as práticas culturais internalizadas no ambiente. Neste sentido, a informação para as apenadas se configura, também como oportunidades, em atividades vinculadas ao acesso à educação, à leitura, ao convívio social com outros presos e profissionais que atuam nesses espaços, tornando a ressocialização uma realidade esperada, concordando com a citação de Freire (2003, p. 52) ao defender que “para que os indivíduos passem a cidadãos, é necessário que a eles sejam oferecidas ferramentas para que se desenvolvam”.

Retornamos a CI, no nível das necessidades básicas, por meio da pirâmide invertida de Barreto, nela a necessidade de informação básica é moldada pela menor quantidade de informação, porquanto supre fome, sede, moradia, abrigo requer todo o esforço e toda informação possível de se alcançar a satisfação. Ao contrário, no topo, na necessidade de auto realização a exigência por informação selecionada é muito mais ampliada.

3.2 DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Sobre o conceito de direito, Kelsen (2009, p. 16), aponta que pode ser entendido como “uma ordem normativa da conduta humana, ou seja, um sistema de normas que regula o comportamento humano”. Apontamo-lo vinculado à sociologia que segundo Weber (2009) tem seus princípios embasados em como os integrantes de uma sociedade veem e moldam sua conduta de acordo com as normas jurídicas, explicitando conexões de sentido com o ser social.

O direito vincula-se à justiça e liberdade, atrelados à gênese da democracia, cujo termo tem origem na Grécia Antiga (do grego *demo* = povo/muitos e *kratia* = governo/domínio) concebendo um governo democrático em que nos seus pilares estariam o fim dos privilégios aristocráticos e a consolidação de uma sociedade com mais direitos. O governo para muitos, mas não para todos, surge em 510 a.C., em Atenas, liderado por Clístenes, eleito pelo povo e considerado o pai da democracia. O sistema de governo desenvolvido em Atenas, embora sendo considerado o berço da democracia, como afirmado antes, não contemplava todos os habitantes, visto que

mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade.

Em Atenas, a busca da igualdade era traço fundamental, talvez mesmo o mais saliente, porquanto tentava dar aos cidadãos as mesmas possibilidades, sem olhar categoria social, meios econômicos ou culturais. Atenas considerava a igualdade aspecto tão importante que se orgulhava de possuir a isonomia, a isegoria e a isocracia, isto é igualdade de direitos perante a lei, a igualdade no falar ou a fraqueza no falar, como designada em algumas fontes. Havia liberdade de expressão e igualdade exercida pelo poder (FERREIRA, 2004). Assim, o direito grego “era essencialmente retórico”, servindo como fundamento para as acusações e para determinar regras de como deviam ser exercidos alguns acontecimentos da vida pública (WILL, 2012b, p.13).

Considerado bastante avançado para a época, a democracia na Grécia, torna-se um pilar para a criação de legislações referentes aos direitos e deveres individuais e coletivos. Contudo, durante o percurso histórico os conceitos de democracia e direito foram ressignificados e divergem entre os teóricos das Ciências Sociais e Políticas. Destacando-se, a visão do filósofo político Norbert Bobbio (2004), para quem a democracia é um conjunto de regras que estabelece quem são os sujeitos autorizados – pelo poder - a decidir coletivamente os procedimentos a serem seguidos, no que tange às decisões de um grupo. Tendo em vista que a regra fundamental da democracia é a da maioria, da qual consideram-se as decisões coletivas — e, portanto, vinculatórias para todo o grupo — as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão (BOBBIO, 2004a).

O termo cidadão refere-se ao indivíduo que habita a cidade (do latim, *civitas*), na visão de Aristóteles (2008, p.28) que ressalta à simplificação do termo ao afirmar que “constitui propriamente o cidadão, sua qualidade verdadeiramente característica, a participação no exercício do poder público em sua pátria”.

Os termos direito e cidadão definem, intrinsecamente, o conceito de cidadania. Nesta perspectiva, Branco e Domingues (2015, p.15), explicitam que a cidadania “não se define tanto pela relação com uma autoridade política determinada, mas pela capacidade de viver em conjunto, salvaguardando os direitos individuais, numa multiplicidade de contextos”.

Entrecruzando os termos direito e cidadão, destacamos as assertivas de Gorczewski e Martin (2011, p.23), ao mencionarem que “cidadão é aquele que têm direitos. Em geral, as pessoas desconsideram que intrínseco ao termo está, ou deveria estar, os deveres, em especial o de participação nos rumos de sua comunidade”.

Na visão de Bonavides, Miranda e Agra (2009), a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, a cidadania está identificada como o acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (emprego e salário justo) possibilitando que o cidadão desenvolva todas as suas potencialidades, incluindo participação ativa, organizada e consciente, na construção e na melhoria da qualidade de vida no Estado democrático.

A CF prioriza assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e isenta de preconceitos, fundada na harmonia social, comprometida com a ordem interna e internacional, e com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, 1988a, não paginado).

Nesse contexto, destacam-se as noções de direito à informação que adquire maior visibilidade a partir da CF e se constitui na observância dos direitos básicos de um cidadão, assegurando-lhe ainda o direito de buscar e transmitir informação.

Art. 5º - XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988c, não paginado)

No contexto atual, observa-se que o direito à informação não se trata apenas do acesso, mas da disponibilização do Estado em colocar à disposição, prioritariamente as informações públicas. Assim o direito à informação é um direito fundamental, ratificando os direitos humanos reconhecidos pelo Direito Constitucional, cabendo aos órgãos públicos cumprir as diretrizes. Em âmbito nacional, o direito à informação caracteriza-se como um direito fundamental, individual e coletivo:

Art. 5º- XXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988d, não paginado).

De acordo com Sadalla Bucci (2009, não paginado), o direito à informação “é um instrumento necessário para efetivação da participação da sociedade civil. [...], um requisito essencial para o livre exercício da cidadania, envolto na participação política do Estado, bem como na requisição de direitos inerentes ao ser humano”. É considerada fator de impacto e de transformação social, sobretudo relacionado pelo poder político-estratégico que proporciona.

Em documento elucidado pela Controladoria Geral da União (CGU) afirma-se que a informação permite ao indivíduo conhecer outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. (BRASIL, 2011, p.8). Em outras palavras as informações básicas para se buscar melhoria em vários aspectos da qualidade de vida.

O direito à informação faz parte dos direitos fundamentais de qualquer cidadão, inclusive daquele privado de liberdade, como princípio basilar da dignidade humana. Na concepção de Ingo Wolfgang Sarlet, esta constitui-se em:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2002, p.21).

É a dignidade, resgatando a capacidade individual de sentir-se parte atuante da comunidade, representando a superação da intolerância, discriminação, exclusão social, violência, incapacidade de aceitar algo diferente. O direito à informação como direito fundamental, reconhece o apenado como cidadão em igualdade aos demais membros da sociedade. Embora para a sociedade, o apenado deixa de ser visto como um cidadão que tem assegurado todas as garantias previstas na constituição, pelo fato de estar temporariamente privado de liberdade. Portanto, o apenado necessita de

reconhecimento e de dignidade, entendendo-se estes como qualidades inerentes à essência do ser humano.

Em razão disso, o direito à informação importa na medida em que o apenado passa a conhecer seus direitos, e capacitado a lutar pela melhoria de sua vida e dos seus familiares, além da ressocialização e reinserção social.

Não basta ter assegurado o direito à informação porquanto é o acesso às informações que asseguram e ampliam conhecimento, possibilitando a qualidade de vida e fator preponderante no que diz respeito ao reconhecimento de direitos pela sociedade, inclusive, contribuindo para o empoderamento, a equanimidade e a inclusão. Razões que conduzem a sociedade contemporânea a enfrentar processos acelerados de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, e neste cenário, destacar a informação como um direito fundamental do cidadão, garantido pela legislação vigente no país.

Para Amaral (2014), analisada pelo aspecto da dimensão social, o acesso à informação tem o poder de suscitar a igualdade, tornando-se elemento importante de inclusão, ao fomentar o acesso e à informação para e por todos os cidadãos. Denota-se que o contexto informacional assume importância ímpar na sociedade, ao tratar sobretudo, do processo basilar da comunicação, com caráter de melhoria na condição de vida do indivíduo sob diferenciados aspectos.

Vinculada aos serviços prestados à sociedade pela máquina estatal, segundo Lima (2006 apud BATISTA, 2010, p.42), a informação pública “tem um caráter ideológico, resultado da necessidade de atendimento aos movimentos sociais, diretamente envolvidos com a luta pela democracia”. Pensar uma educação centrada na transformação social, que propicie a todos o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade é parte de uma mudança significativa no contexto atual, ao passo que a informação com base na educação para qualificação envolve o desenvolvimento pessoal e social do cidadão.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) no ano de 2003, pode ser descrito como uma ação governamental direcionada à diminuição dos índices de desemprego, permeada pela “articulação entre o trabalho, a educação e o desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e

instrumento indispensável à sua inclusão e aumento de permanência no mundo do trabalho” (BRASIL, 2003).

Dispostas em publicação referencial posterior, dentre as ações de qualificação social e profissional de trabalhadores que visam a efetividade social do PNQ, encontra-se a menção aos trabalhadores em situação especial, como detentos e egressos do sistema penitenciário. (BRASIL, 2012)

Goffman define o sistema penitenciário como instituições totais, e as subdivide em cinco grandes grupos:

Sendo o primeiro criado para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas, tais como cegos, velhos, órfãos; o segundo seria criado para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça a comunidade, embora de maneira não intencional, tais como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosasários; o terceiro tipo seria criado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui problema imediato, tais como cadeias e penitenciárias; o quarto grupo seria criado com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais, tais como quartéis e escolas internas; por último, o quinto grupo seria a criação de estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para religiosos, tais como mosteiros e conventos. (GOFFMAN, 1987, p.11)

Apresentamos o termo Qualificação Social e Profissional (QSP), definido como uma ação de educação profissional (formação inicial e continuada), “de caráter incluyente e não compensatório e que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a consecução dos objetivos descritos no PNQ.” (BRASIL, 2012, p.2). Para elucidação, citam-se três artigos da Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 (BRASIL, 1984, não paginado).

Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade; Art. 11 - A assistência penal será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa. Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Art.41 - [...] XV - Contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura

e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Analisar a qualidade de vida do ponto de vista de pessoas que estão em um ambiente em que, historicamente, o acesso à informação figura como utopia, torna-se enriquecedor e instigante como iniciativa acadêmica e social. Compreende-se, por meio da leitura da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984a, não paginado) que a instituição prisional deve proporcionar as condições possíveis para efetiva participação na sociedade democrática, prestar informações sobre assistência social, psicológica e jurídica gratuita, saúde, educação e trabalho, tendo como objetivo “prevenir o crime, amparar o preso e prepará-lo para o retorno à sociedade.”

Nos termos que compõem o direito à educação, a referida lei prevê que “a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade, devendo o ensino fundamental ser obrigatório”. (BRASIL, 1984b, não paginado).

Destaca-se, neste contexto, o Decreto nº 7.626, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional (PEESP), com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, contemplando a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior. (BRASIL, 2011). Por outro lado, diferentes tipos de informação podem suscitar avanço e melhoria na qualidade de vida de todo e qualquer cidadão e um exemplo é a informação artística que Guattari e Rolnik (2013, p.45) consideram potencial de superação:

A literatura, bem como a música ou a pintura podem acarretar processos de percepção e sensibilidade completamente novos, alcançando micro processos revolucionários, diferenciação nos modos de temporalização, possibilidade de reapropriação de produtos midiáticos, captação de elementos situacionais que construam referências práticas ou teóricas com certa autonomia do poder global, a níveis semióticos.

Neste quadro, salienta-se que as atividades educacionais influenciam na remição de penas, em que se incluem atividades complementares tais como: videoteca, lazer, jogos e cultura.

A Portaria nº 276/2012, publicada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, em consonância com a Lei nº12.433/2011, institui o “Projeto da Remição pela Leitura nas Penitenciárias Federais” (BRASIL, 2012). Por meio do projeto, os presos que participarem de atividades de leitura orientada podem obter a redução do tempo de pena. O apenado pode ler um livro por mês, podendo reduzir quatro dias de pena, 48 dias no total de um ano, para cada leitura resenhada adequadamente.

À percepção reflexiva sobre os aspectos da informação que conduz aos campos das práticas sociopolíticas e públicas, acresce-se os questionamentos sobre a abrangência desta dimensão em ambientes prisionais. Atualmente, alguns ambientes prisionais desenvolvem estratégias significativas para a construção do saber e ressocialização dos apenados, criação de escolas penitenciárias, bibliotecas, assessoria jurídica, entre outros.

No ambiente carcerário a informação assume um papel decisivo nas mudanças vinculadas a ressocialização, bem como no processo de cidadania, traduzindo-se aos contextos sociais a informação implica mudanças na concepção dos conhecimentos desses indivíduos.

Atualmente temos inúmeros meios de comunicação que potencializam a o acesso, disseminação e uso da informação, bem como a criação de conhecimentos diversos. Vive-se na era do Youtube, Instagram, Twitter, contudo no contexto do ambiente em questão o acesso à informação é descrito como restrito, em virtude da condição de reclusão. Isso não quer dizer que a informação e conhecimento advindos desses e outros meios sejam totalmente desvinculadas do cotidiano carcerário.

O termo informação, originária do latim *informatio onis* permeia todos os campos do saber e pode ser considerada um insumo básico para o desenvolvimento pessoal e coletivo, sob a concepção de moldar os sentidos e ideias (GEIGER, 2012). O caráter polissêmico do termo revestiu-se de diversos sentidos na contemporaneidade, perpassando as linguagens técnico-científicas e vigorando livremente nos discursos de senso comum. Desta forma, a gama de definições poderá conduzir à imprecisão conceitual, como se descreve:

Informação é uma palavra usada com frequência no linguajar cotidiano e a maior parte das pessoas que a usam pensam que sabem o que ela significa. No entanto, é extremamente difícil

definir informação, e até mesmo obter consenso sobre como deveria ser definida. O fato é, naturalmente, que informação significa coisas diferentes para pessoas diferentes (LANCASTER, 1989, p.1).

Denota-se que o contexto informacional assume um papel de importância ímpar na história da humanidade ao tratar, sobretudo, da comunicação como um processo basilar. De acordo com Araújo e Freire (1999, p.5)

A informação, na verdade, é indispensável para toda e qualquer atividade humana, sendo, cada vez mais, vista como uma força importante e poderosa a ponto de dar origem a expressões como: sociedade da informação, indústria da informação, revolução da informação, sociedade do conhecimento.

A partir desses desdobramentos, o aspecto da informação como fator que movimenta o mundo, em toda sua plenitude, pode ser caracterizada por duas fases distintas: fase estática e/ou fase dinâmica, sendo a primeira o momento de criação e delimitação do pensamento, e a segunda, responsável pelo processo de emissão, codificação, transmissão, decodificação e recepção dessa mensagem.

Depreende-se, portanto, que o acesso à informação propicia transformações significativas na sociedade, além do reconhecimento de direitos e a diversidade de meios que visam proporcionar o livre acesso, sobretudo com a criação de Leis e normas que estabelecem tal direito como prioridade.

Para a ciência da informação o acesso à informação em qualquer organização está vinculado à existência de uma estrutura, entendida como o conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e métodos, essenciais para permitir o desenvolvimento de um fluxo de informação que vise atender as necessidades dos usuários da informação.

Ressalte-se a visão do autor Carlos Alberto Ávila Araújo (2009) ao explicitar que a informação é entendida como recurso fundamental para a condição humana no mundo e, como tal, a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais. A informação é apropriada por alguns, que garantem para si o acesso. Aos demais, sobra à realidade da exclusão.

De acordo com essa visão, Canavaggio (2011) afirma que:

O acesso à informação se encontra hoje no coração das estratégias desenvolvidas pelas organizações intergovernamentais e das ações conduzidas pela sociedade civil internacional na: luta contra a impunidade, luta contra a corrupção e promoção da boa governança, além da proteção do meio ambiente e da saúde pública (CANAVAGGIO, 2011, p. 22).

Neste sentido, as teorias que permeiam o acesso à informação, envolvem principalmente a questão da democratização do acesso por parte de grupos e classes excluídos, a criação de formas e sistemas alternativos que propicie um acesso mais amplo e democrático a todos os indivíduos que necessitam de informação.

De acordo com Sadalla Bucci (2009, não paginado), o direito à informação “é um instrumento necessário para efetivação da participação da sociedade civil. [...], requisito essencial para o livre exercício da cidadania, envolto na participação política do Estado, bem como na requisição de direitos inerentes ao ser humano”.

No contexto das instituições carcerárias, surgem questionamentos sobre as políticas de acesso à informação direcionadas aos apenados, um dos direitos básicos do cidadão e, de outro modo disposto na Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, Art. 40, inciso XV, que preconiza, entre outros direitos, o “contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes”. (BRASIL, 1984, não paginado). A Lei de Execução penal, não previa os avanços tecnológicos, científicos da sociedade atual, avanços esses que tem condições de ajudar na ressocialização dos apenados. Deve-se considerar por outro lado que o próprio Sistema Prisional Brasileiro sofre de carência de informação e de ser objeto de pesquisas.

Estudando as práticas informacionais em presídio paraibano, Malaquias (1999) constata que como forma de reação, os prisioneiros desenvolviam um sistema de geração, uso e disseminação da informação, visando ao que o autor denomina de conceito de cidadania carcerária. Até os dias atuais só se conhece esta, única dissertação apresentada e aprovada no PPGCI/UFPB, sobre temática que se assemelha ao presente estudo.

De outra parte, o que a legislação de execução penal previa como contato com o mundo exterior, é na atualidade representada pelas redes sociais digitais que se utilizam

das tecnologias de informação e comunicação. Isto, para os comuns mortais, visto que a legislação de 1984 não podia prevêê-las pela inexistência dos meios e ferramentas, a época. E, não há previsão para adotá-los, muito embora haja estudos sendo realizados para atualização do referida Lei. Tanto que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou em 4 de outubro de 2017 o Projeto de Lei nº 513/2013 que objetiva acabar com a superlotação e promover maior recuperação dos condenados.

Há ainda propostas de reformulação de artigos específicos na lei de 1984. Portanto, espera-se que tais reformulações tenham em vista que a informação é um direito legítimo e constitucionalizado, bem como individual e coletivo, tornando-se imprescindível à adoção de políticas de acesso no âmbito das instituições carcerárias.

Sob essa concepção, diz-se:

A dignidade humana constitui-se em qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2002, p.66).

Tendo como premissa constitucional a dignidade da pessoa humana, com direitos inerentes e indiscutíveis, torna-se necessário sintetizar estudos sobre implantação da LAI em instituições carcerárias. O Art. 5º da Constituição vigente estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança.” (BRASIL, 1988, não paginado.)

Assim, compreende-se que os termos direito e cidadão delineiam, intrinsecamente, o conceito de cidadania e, nesta mirada, Branco e Domingues (2015, p.15), referem que a cidadania contemporânea “não se define tanto pela relação com uma autoridade política determinada, mas pela capacidade de viver em conjunto, salvaguardando os direitos individuais, numa multiplicidade de contextos.”

Corroboram Souza e Azevedo Netto (2006, p. 2005), ao afirmarem que:

O efeito das práticas de informação vistas como práticas sociais sobre o ambiente no qual os atores sociais se encontram inseridos é diverso. Elas permitem a organização da população, geram consciência coletiva e ampliam os espaços de cidadania e de estabelecimentos de práticas que apontam novos horizontes e caminhos.

Para Anna, Zanetti e Nascimento (2015, p.67), informação e cidadania reportam aos direitos e garantias fundamentais e a igualdade dos cidadãos. [...] Esses temas estão fortemente atrelados, pois a prática cidadã somente se concretiza quando há informação disponível e acessível sobre os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado.

As práticas informacionais caracterizam-se através da recepção, geração e transferência de informação, essa última está basicamente atrelada a ação de socialização de informação, destaca-se que a socialização e uso da informação faz parte de um processo educacional participativo, possibilitando com isso a formação de um sujeito social com capacidade de desenvolver consciência de si e do mundo.

Na visão de Araújo (2001, p.2).

No contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja em nível individual ou coletivo.

A informação em seu caráter social, estabelece uma função de conhecimento de deveres e direitos, que inegavelmente tem importância primordial para as práticas de cidadania. Aponta-se ainda que o fator de destaque é a criação de ambientes os quais proporcionam um desenvolvimento de novos rumos na vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Sob a égide da dignidade e igualdade humana, cumpre mencionar que a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), fomentada pela Organização da Nações Unidas (ONU), organização intergovernamental criada com o objetivo de promover a paz e o desenvolvimento mundial. (ONU,1948). Ao estabelecer as garantias dos direitos inerentes a todo ser humano, a DUDH inclui regras para tratamento de prisioneiros:

Como recomendação legal a respeito das boas condições estruturais e das ações educacionais, culturais e de entretenimento que devem permear a ambiência dos presídios, foram instituídas as regras mínimas para tratamento de prisioneiros. Essas regras dispõem as condições básicas para que os Estados definam leis específicas para tratamento de presos, levando em consideração a realidade específica de cada nação. (ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p.68)

As praticas informacionais mencionadas anteriormente abrangem duas questões igualmente importantes no contexto de instituições prisionais.

Primeiramente, o processo de ressocialização do apenado, cujo objetivo principal é a reinserção na sociedade bem como, de acordo com Santos (2014, p.7), deverá permitir “o resgate de sua liberdade (intelectual, profissional e pessoal), possibilitando-o ultrapassar as limitações impostas pelos muros do cárcere e lhe oferecendo a liberdade de redescobrir novos caminhos para sua reintegração à sociedade”.

Ratifica Tomé (2011, p. 32), que:

A ressocialização pode ser alcançada por meio da implantação de frentes de programas e ações que visem não somente retirar a pessoa presa da ociosidade, mas também a abrir perspectivas de sua reinserção na sociedade, por meio da educação e profissionalização, resgate da autonomia, perspectiva de emprego digno e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, sobressai o acesso e uso da informação e seu impacto na questão da qualidade de vida das apenadas, um dos aspectos que serão investigados no estudo proposto.

4 CONTEXTUALIZANDO GÊNERO

As políticas sociais de acesso e uso à informação não fazem qualquer tipo de distinção entre aqueles que necessitam usá-la. No entanto, tendo em vista o objetivo da pesquisa verificar como pessoas apenas compreendem qualidade de vida e que acesso e uso fazem da informação, razão que nos leva a iniciar verificando como a humanidade considerou e ainda considera as diferenças entre o gênero masculino e feminino.

De acordo com Souza e Guedes (2016), a humanidade tem sido marcada por uma construção de diferenças entre os gêneros, cada qual exercendo uma função bem específica. Basicamente, para o masculino está destinado o contexto de provedor, enquanto o gênero feminino ocupa o espaço de cuidadora. Essa concepção histórica social gera a desigualdade que se agrava com sua representação em uma diversidade de contextos. Somente mais recentemente, as discussões sobre o papel social de gênero ganham força, mas sempre se tratou a mulher como sexo frágil, submisso e possível de influências externas, principalmente por parte dos homens, o sexo forte.

4.1 GÊNERO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No que compreende os estudos da ciência da informação o papel da mulher enquanto objeto de estudo toma maiores proporções, de acordo com a pesquisadora Leilah Bufrem (2012), em estudo realizado na BRAPCI há um total de 74 artigos pesquisando pelos termos gênero e mulher, em que 79,28% são textos escritos por autoras sobre o gênero feminino.

O interesse flagrante desse público pelos estudos de gênero encontra justificativa no fato de que, somente com o respaldo de um maior conhecimento acerca das distinções e diferenciações entre os sexos, no âmbito científico, será possível compreender e, por conseguinte, alterar a participação e inserção da mulher na ciência, atividade historicamente atrelada à figura masculina. (BUFREM, 2012, p.7)

Contudo, ressaltamos que mesmo diante dos estudos de gênero tendo uma representatividade na autoria de trabalhos científicos renomados, o número de estudos que englobam a mulher prisioneira ainda compreende pequeno percentual, como

demonstrado anteriormente, em pesquisa realizada na BRAPCI utilizando como expressão de busca “gênero e prisão” apenas 25 desses textos são sobre mulheres, 8 dos quais direcionados a mulheres privadas de liberdade, 3 focalizam a biblioteca do presídio como espaço cultural de ressocialização educativo; 3 abordam a informação, a liberdade das vozes e a cultura no cárcere; e 2 trazem a leitura como caminho para a liberdade e sobre memória institucional.

Destes 8 artigos 1 focaliza uma gestante apenas. Como se percebe ao especificar o termo com um adjetivo a quantidade diminui substancialmente. Vale, sobretudo, pontuar que os termos utilizados para o processo de busca e recuperação da informação são responsáveis por nível de revocação e capacidade de precisão que dizem respeito tanto ao número de documentos, como a relevância dos títulos recuperados.

A mulher configura um papel de transformação da sua realidade social. A partir do movimento feminista e das discussões tecidas no gênero, elas assumem o lugar que é delas por direito, questionando as desigualdades e os modelos socialmente impostos, ecoando o grito por igualdade de direitos, participação na vida política, social, condições dignas de trabalhos e decisões para assumir o próprio corpo.

Para Scott (1989, p.3) os estudos de gênero apresentam como os papéis sociais foram destinados aos homens e as mulheres por meio de suas identidades subjetivas. A autora assinala que o gênero é segundo definição uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Neste sentido, o gênero atua como um dispositivo que distingue os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, portanto, para a autora uso descritivo do conceito de gênero é associado aos assuntos relativos ao feminino.

Na visão de Saffioti (2001,p.1) “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas”, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

A sociedade é um lugar de desigualdade entre os indivíduos de gêneros opostos, cabendo a mulher que historicamente ocupa espaços considerados inferiores o caminhar de luta para mudar essa realidade árdua e turbulenta. Em meados do século XX com o advento da sociedade industrial, é que as mulheres começam a apropriar-se de espaços no mercado de trabalho. Antes vista apenas como mãe e esposa passa a ocupar a função de operária em fábricas e indústrias, trazendo uma nova perspectiva econômica. Chama

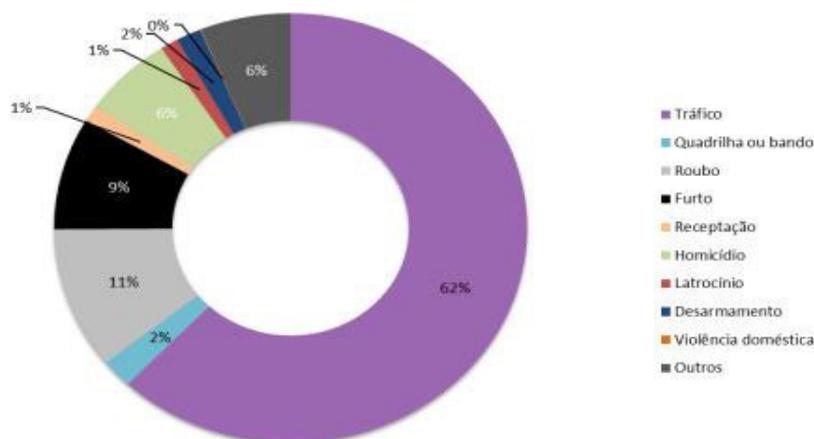
atenção que os problemas enfrentados por essas mulheres não foram poucos, vivenciando contextos diferenciados, com jornadas de trabalhos exaustivas e ofensivas acrescida da doméstica.

Nesse contexto de inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação também começa a ser inserido. Contudo, as mulheres continuavam a conviver em um ambiente desigual, seja no âmbito profissional, familiar ou nos relacionamentos. A partir do histórico de desigualdade vivenciado pelas mulheres, surgem “as aspas” tratadas de forma similar aos homens. Como citado:

É fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica. Mas a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças. É pelas gestantes, os bebês nascidos no chão das cadeias e as lésbicas que não podem receber visitas de suas esposas e filhos que temos que lembrar que alguns desses presos, sim, menstram. (QUEIROZ, 2015, p. 19).

Segundo dados do INFOPEN, a maioria das apenas cumprem pena por tráfico de drogas, sendo um percentual de 62%. Saliente-se que no contexto prisional as questões de gênero são fortemente percebidas, ao ponto de visualizarmos dentre as mulheres que estão em privação de liberdade, em razão de acobertarem e ajudarem os companheiros.

Figura 4 - Percentual de crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal.



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, 2016).

Como mencionado anteriormente, de acordo com último levantamento feito pelo INFOPEN em 2016, o número de presas por tráfico no Estado do Rio Grande do Norte, é a tipologia de crime com os índices mais elevados, um percentual de 62%. É

importante percebemos que o caminho do crime, está diretamente relacionado com as drogas, furto e o roubo, pois muitas das que se encontram em situação de prisão, justificam o roubo para sustentar o vício próprio e/ou dos seus companheiros.

Figura 5- Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por Unidade da Federação³.

UF	Homicídio	Roubo	Furto	Latrocínio	Tráfico	Violência doméstica	Desarmamento	Outros
AC	8%	0%	4%	0%	69%	0%	0%	19%
AL	15%	7%	8%	1%	54%	0%	1%	13%
AM	9%	12%	2%	1%	69%	0%	2%	5%
AP	1%	10%	15%	0%	71%	0%	0%	4%
BA	10%	11%	7%	2%	55%	0%	1%	14%
CE	7%	6%	2%	0%	58%	0%	5%	21%
DF	7%	25%	25%	1%	36%	0%	1%	5%
ES	8%	6%	4%	1%	71%	0%	2%	8%
GO	12%	13%	8%	2%	51%	0%	2%	11%
MA	11%	10%	7%	4%	60%	0%	0%	7%
MG	12%	13%	17%	2%	43%	0%	4%	9%
MS	3%	5%	4%	1%	77%	0%	2%	9%
MT	4%	5%	2%	1%	75%	1%	2%	11%
PA	10%	10%	7%	1%	63%	0%	1%	8%
PB	12%	15%	8%	2%	60%	0%	0%	4%
PE	9%	10%	15%	1%	27%	0%	2%	37%
PI	7%	14%	3%	0%	71%	0%	1%	3%
PR	8%	10%	7%	2%	64%	0%	1%	7%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
RN	8%	8%	4%	0%	69%	0%	2%	10%
RO	7%	10%	8%	1%	66%	0%	2%	6%
RR	2%	4%	2%	1%	85%	0%	0%	6%
RS	1%	3%	3%	2%	77%	0%	3%	11%
SC	7%	5%	5%	2%	62%	0%	7%	12%
SE	2%	4%	6%	1%	88%	0%	0%	0%
SP	5%	13%	10%	1%	62%	0%	1%	9%
TO	13%	6%	1%	3%	67%	0%	0%	10%
Brasil	6%	11%	8%	1%	62%	0%	2%	10%

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, 2016.

Por outro lado, observa-se que os crimes de tráfico em boa parte estão vinculados aos parceiros, segundo os dados do INFOPEN muitas das companheiras são presas por serem consideradas cúmplices, já que estavam acompanhando-os no momento da prisão; outras são inseridas no meio para pagar as dívidas dos maridos que estão presos, e são constantemente ameaçadas por companheiros ou terceiros cobrando o que lhes é devido.

Historicamente homens e mulheres não estão inseridos da mesma forma no ambiente criminal, a criminalidade sempre esteve fortemente associada ao gênero

³ Nota: Destaque feito pela autora

masculino, principalmente por ser esse o gênero considerado forte, viril e transgressor, enquanto o gênero mais fraco, por séculos é tido como intelectualmente inferior, de segunda classe, menos perspicaz e conseqüentemente menos perigoso do que o oposto. Contudo, diante do crescente número de mulheres em situação de privação de liberdade, percebemos que esse panorama tomou novos rumos.

De acordo com Faria (2008), os discursos de gestores de segurança pública e pesquisas acadêmicas realizadas, em sua grande maioria acreditam que o envolvimento de mulheres em atos ilícitos tem vínculos afetivo-conjugais com parceiros que cometem crimes, sendo esses geralmente os líderes da transação e elas apenas “mulas”, “burros de carga”, meios de transporte (aviãozinho) das mercadorias ilícitas.

Os fatores que caracterizam os processos de inserção da mulher na criminalidade são muitos, os marcadores de gênero, raça, cultura, desigualdade social, o incitamento ao consumo e a espetacularização e virtualização da vida social, dentre outros, tudo isso simultaneamente incitam o desenvolvimento de processos como a violência e aumento da criminalidade. Esse movimento paradoxal da inserção do sexo feminino no crime é um caminho para refletir sobre as afirmações de gênero na atualidade, afinal assim como afirma Campos, Trindade e Coelho (2008, p.4), “(...) alguns crimes cometidos por mulheres esclarecem melhor as ambigüidades de uma sociedade e seus conflitos”.

4.2 O CÁRCERE FEMININO

O contexto do encarceramento feminino é bastante antigo surge por volta do século XVII, vinculando-se a criação do primeiro presídio feminino na Holanda, em Amsterdam, precisamente em 1645. Dois séculos após, no XIX, foi criada a primeira penitenciária feminina em Nova York, seguem-se nos Estados Unidos, nesse período, as chamadas casas de correção feminina das quais se encarregava a congregação da Igreja Católica, Bom Pastor. Esses centros de detenção eram entidades semiautônomas, funcionando à margem do sistema carcerário formal.

No Brasil o contexto de encarceramento se inicia nos navios, em virtude da maioria das apenadas serem classificadas como escravas, que Soares e Ilgenfritz (2002, p.53) denomina esses navios de “Gales Infectos”. Até o final do século XIX eram raras as prisões destinadas apenas ao sexo feminino. As mulheres que cometiam delitos, tais

como desobediência familiar, desordem social ou atos sexuais que fugiam aos padrões e modelos comportamentais estabelecidos, principalmente pela igreja, eram destinadas a conventos ou hospícios/manicômios e praticamente esquecidas pela família e sociedade.

Os manicômios surgiram como uma forma de encarceramento e higienização das ruas. Era uma instituição que tinha como proposta isolar da sociedade todo e qualquer indivíduo que não se encaixava nas normas vigentes daquilo que era considerado normal. Surgem por volta do século XIX e tem como designação o tratamento da “loucura”, entretanto, mulheres foram internadas, muitas vezes, por não corresponderem aos estereótipos ligados ao gênero ou por não se encaixarem dentro daquilo que a sociedade e/ou a família esperava dela. As mulheres lésbicas, negras, pobres, mães solteiras, as que gostavam de sexo ou as tidas como frígidas, divorciadas ou viúvas, foram incluídas nas inúmeras justificativas para a internação e isolamento. O manicômio era uma punição para o comportamento tido como inadequado.

A importância de nomes como Lemos de Brito⁴ e Candido Mendes⁵ foram fundamentais nas propostas de mudança no tratamento da mulher em privação de liberdade. Sendo Lemos de Brito o responsável pela criação do projeto de reforma penitenciária no ano de 1923. O que não significa dizer que tais formas de aprisionamento feminino foram extintas ou que sofreram modificações que as tratasse como ser humano.

Por sua vez, Candido Mendes foi responsável por apresentar no ano de 1928 um estudo que classificava a situação das mulheres tidas como criminosas no contexto dos centros mais populosos do Brasil, traduzindo a situação como “vergonhosa e miseranda”. Entre muitos aspectos relevantes do estudo, ele se propôs a registrar os dados referentes aos delitos / crimes, estados de origem entre outros referentes a essas mulheres, além da criação do que chamou de penitenciária agrícola feminina, que segundo ele, seria o local destinado as práticas educacionais e de ensino agrícola e rural apropriado a mulheres. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 53-54).

⁴ José Lemos de Brito foi professor, deputado, legislador, penitenciário, membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, membro do Instituto de Advogados do Brasil e do Chile e autor de uma vasta bibliografia sobre as questões prisionais e questões sexuais dentro dos presídios.

⁵ Candido Mendes de Almeida, foi professor, advogado, publicitário, jornalista e diretor do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

Mesmo diante do pensamento inovador de Candido Mendes e Lemos de Brito o percurso que seguiu as penas relacionadas a crimes praticados por mulheres continuavam a beirar a desumanidade, como citado anteriormente, as mulheres eram encaminhadas a manicômios/hospícios, desrespeitando seus direitos humanos.

Somente a partir da década de 1940, segundo a historiadora Ângela Teixeira Artur (2009, p.02), o Estado busca medidas efetivas de acomodação legal para as mulheres que cometeram crimes, criando duas prisões de mulheres do Brasil.

No 2º parágrafo, do Art 29º, do código penal de 1940, determinou-se que as “mulheres cumprem penas em estabelecimento especial, ou, a falta em secção adequada de penitencia ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno” Cumprindo essa lei, somente duas prisões para mulheres foram criadas. Em São Paulo, em 11 de agosto de 1941, foi instituído o Decreto- Lei nº 12.116 que dispõe sobre a criação do “presídio de mulheres”. Inaugurado em 22 de abril de 1942, permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. E no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei 3.971 de 24 de dezembro de 1941, foi criada a Penitencia Feminina da Capital Federal, também administrada por freiras da mesma congregação até o ano de 1955 (ARTUR, 2009, p.02).

O contexto de criação dessas prisões surge com a finalidade de separar mulheres que cometiam crimes das “mulheres honestas” garantindo a não contaminação dessas mulheres, além disso, se utilizava a premissa de manter o funcionamento “tranquilo” das prisões masculinas, sem interferência das mulheres. Assim a preocupação com a dignidade das apenadas não tinha qualquer relevância.

A figura da mulher apenada se constituiu e parece que ainda se constitui em uma figura feminina infratora, jovem, solteiro-separada, desempregada, com nível educacional baixo, e oriundas de cidades com dificuldades de acesso a serviços públicos, sendo em sua maioria privadas da liberdade quase sempre mediante o tráfico de drogas. Como reafirmam Soares e Ilgenfritz (2001), parte do crescimento desproporcional de mulheres no sistema prisional no Brasil se deve a um aumento do número de condenadas por crimes classificados como tráfico de drogas.

Arruda (2015, p.02) mostra que existe uma ampla literatura relacionada ao tema do encarceramento feminino, mas a condição vulnerável da mulher no cárcere é tradicionalmente silenciada por conta de sua baixa representatividade no conjunto da

população encarcerada e por uma construção de gênero que desassocia a figura feminina dos atos de criminalidade.

A fragilidade do sistema prisional feminino, afeta não apenas as reclusas, mas a família, como citado por Queiroz.

A prisão é uma experiência em família para muitas mulheres no Brasil, não apenas para Ieda, Marta e Márcia. Em geral, é gente esmagada pela penúria, de áreas urbanas, que buscam o tráfico como sustento. São, na maioria, negras e pardas, mães abandonadas pelo companheiro e com ensino fundamental incompleto. (QUEIROZ, 2015, p. 6).

Neste contexto o médico Drauzio Varella, que trabalha a bastante tempo em presídios escreveu uma trilogia em que conta sua vivência como profissional-médico e ser humano no ambiente da casa de detenção de São Paulo, a trilogia se inicia com o livro *Estação Carandiru*, partindo posteriormente para a segunda obra intitulada *Carcereiros* e por fim a marcante obra, tendo em vista a contribuição para esta pesquisa: *Prisioneiras*, cujas descrições têm total concordância com as idéias do autor recém citado.

A separação dos filhos é um martírio à parte. Privado da liberdade, resta ao homem o consolo de que a mãe de seus filhos cuidará deles. Poderão lhes faltar recursos materiais, mas não serão abandonados. A mulher, ao contrário, sabe que é insubstituível e que a perda do convívio com as crianças, ainda que temporária, será irreparável, porque se ressentirão da ausência de cuidados maternos, serão maltratadas por familiares e estranhos, poderão enveredar pelo caminho das drogas e do crime, e ela não os verá crescer - a dor mais pungente. (VARELLA, 2017, p 32.)

A mulher acaba sentindo a falta infinda dos familiares que deixou do lado de fora da prisão, em diversos relatos, feitos pelo autor recém citado, percebe-se que a solidão vivenciada por mulheres em privação de liberdade é absurda, os maridos ou namorados vão visitá-las apenas nos primeiros dias de reclusão, com o passar do tempo as visitas vão ficando menos recorrentes, ao ponto de cessarem.

Nos presídios masculinos em contrapartida, são recorrentes as filas “sobrenaturais”. Namoradas, esposas, mães, pais, irmãos e filhos, todos na busca por algumas horas com aquele que está separado dos entes queridos. É interessante pensar até que ponto é considerada uma vergonha para a família quando a mulher comete um

crime e está prisioneira? Quais os motivos que diminuem as filas de visitas às alas femininas? São perguntas difíceis de serem respondidas, e talvez nem mesmo os familiares possam responder a tais questionamentos.

Baseada na visão retratada anteriormente, percebemos que essa diferença existente entre os gêneros masculino e feminino é pauta antiga, como antes citado é histórico o fato das mulheres serem tratadas de maneira divergente dos homens, em seus mais diversos contextos. Não seria divergente no ambiente carcerário. Quando comparado o tratamento entre gêneros dentro dessas instituições, coloca-se em pauta novamente o descaso que essa parcela sofre rotineiramente.

A inserção das mulheres na criminalidade foi, por muito tempo, considerada um tabu, visto que o número de crimes cometidos por homens era superior e como citado anteriormente a mulher era o sexo frágil considerado com meiguice e até incapaz de cometer crimes. A partir do momento em que rompe com a ordem, com os padrões a ela socialmente impostos e passa a conquistar espaços, as relações de gênero passam a sofrer mudanças. Importante frisar que não se considera o avanço da mulher na criminalidade como fator positivo, apenas identifica-se sua inclusão cada vez mais em espaços públicos, seja através de atividades lícitas ou não.

5 O COMPLEXO PENAL JOÃO CHAVES - CPJC

Os registros históricos referentes às prisões na cidade de Natal são praticamente inexistentes. A primeira prisão de que se tem notícia localizava-se no Forte dos Reis Magos, lá havia duas prisões, uma destinada a militares desobedientes e outra subterrânea para prisioneiros de guerra, acusados de traição. O Forte enquanto local do sistema punitivo, esteve ativo no período que dura do Século XVII até o XIX. O sistema baseava-se no suplício do criminoso e cada cela tinha um nível diferente de punição. As celas eram denominadas calabouço; sala escura e casamata, e suas punições variavam entre chicotadas, queimaduras e torturas físicas e psicológica⁶.

Dentre os pensamentos de Foucault (1987) a relação histórica com a prisão se faz presente em diversos aspectos, é peça essencial no conjunto das punições, marcando certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”. Esse mecanismo disciplinar foi criado, em fins do século XVIII e princípio do século XIX, antes que a lei definisse como a pena por excelência.

Essa visão da cadeia, remonta a tradição da época das galeras e parece ter adquirido importância como espetáculo no começo do século XIX, estando ligada ao fato de que incorporava numa só manifestação dois modos de castigo: o caminho para a detenção se desenrolava como um cerimonial de suplício, enquanto a saída, um ritual de cadafalso: “o forçado fica com a nuca virada sobre a bigorna, como uma estaca de ferro; mas desta vez a arte do carrasco, ao martelar, é não esmagar a cabeça — habilidade invertida que sabe não dar a morte” (FOUCAULT, 1987,p285)

Em janeiro de 1722 (Século XVIII) foi construída e denominada Casa de Câmara e Cadeia de Natal. Durante seu funcionamento foi considerada uma cadeia coletiva e chegou a abrigar 158 indivíduos de ambos os sexos em um espaço de 15 metros quadrado. Segundo Cascudo (2010, p.146) a situação pode ser mostrada através do relato do tenente de artilharia Francisco Primo de Sousa Aguiar no qual “afirma que os presos de ambos os sexos nunca se banhavam, cozinhavam nas celas da prisão, sobre

⁶ Informação retirada do jornal Todo Natalense, 2018. Disponível em: <<https://todonatalense.com.br/forte-dos-reis-magos-a-historia-do-rio-grande-do-norte-entregue-as-baratas/>>. Acesso em: 13 mar.2019.

o solo de pedras irregulares, de superfície úmida e lodosa. Aqueles que não possuíam redes deitavam-se em tábuas soltas e as fezes eram lançadas n'um barril que ficava todo o dia a um canto”.

O sistema punitivo da cidade aglomerava-se em uma única rua, a chamada Rua Grande, que atualmente é denominada Rua Pres. Passos, local do pelourinho, da prisão e da forca. O modelo de punição se sustentava através de demonstrações de poder sobre os presos e a reafirmação através do medo. Nas palavras de Foucault (2002, p.49) “As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nele”. Esse sistema punitivo na Casa de Câmara e Cadeia abrigou inúmeras gerações de prisioneiros, mas a partir de 1911 os detentos que ainda ocupavam o espaço em questão, foram transferidos para a Casa de Detenção de Natal, atualmente o centro de turismo da cidade.

A Instituição prisão, foi criada com a finalidade de punir aqueles que descumpriam a norma e conduta social, contudo, não deveria apenas punir. Ainda de acordo com (FOUCAULT, 1987, p.264):

deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”.

Contudo, ressalte-se que a prisão como aparelho disciplinar é composta por diversas falhas em uma estrutura, a prisão é responsável por produzir o seu próprio sujeito, aumentando inclusive o número de delinquentes.

Desde 1830 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade, (...) A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político (FOUCAULT, 2002, p.131-132).

Para o autor recém citado a prisão produz esses sujeitos a partir dos discursos de poder, assim como os hospícios fabricam os loucos, os hospitais os doentes, as prisões são as principais responsáveis pelo aumento do número de delinquentes.

Figura 6 - Casa de Detenção de Natal.



Fonte: Blog Natal de ontem⁷, 2019

Além da Casa de Detenção de Natal, no ano de 1953 foi iniciada a construção de uma colônia penal, primeiro estabelecimento do Rio Grande do Norte voltado para medidas socioeducativas de políticas penitenciárias, localizada na zona norte da cidade e denominado Colônia Agrícola e Penal Dr. João Chaves. Com a inauguração da Colônia agrícola a Casa de Detenção de Natal teve suas atividades encerradas.

Posteriormente foi iniciada a construção de duas novas penitenciárias, porém a João Chaves continuava a principal unidade prisional do RN até o ano de 1998, quando ocorreu a inauguração na penitenciária de Alcaçuz. Destaque-se que nesse período a unidade prisional João Chaves tinha capacidade máxima para 380 vagas, mas chegou a abrigar simultaneamente 800 internos em uma superlotação inimaginável. Nesta época o CPJC, que era penitenciária central passou a ser conhecida como “O Caldeirão do Diabo”.

No contexto de superlotação ocorreram diversos assassinatos e homicídios dentro da prisão. A famosa “Santíssima Trindade do Diabo” era conhecida pela forma violenta como lidavam com suas vítimas, esquartejando, estripando e decapitando. Estas as marcas registradas dentro do João Chaves.⁸ Segundo o Major Castelo Branco⁹, (2010, p.20) vice-diretor do CPJC, até 2011, esses crimes ocorriam por motivos banais,

⁷ Imagem retirada do blog Natal de ontem. Disponível em: <http://nataldeontem.blogspot.com/2009/05/natal-no-seculo-xix-parte-i.html>. Acesso em: 20 fev, 2019.

⁸ As fontes utilizadas foram jornais da época, tais como Tribuna do Norte e O Mossoroense.

⁹ O major Castelo Branco foi vice-diretor do CPJC até 2011, quando ocupa a chefia da COAPE entre 2013 e 2014.

como um simples esbarrão em um corredor, falar algo sem sentido, eram motivos para uma morte brutal e desumana. O ambiente tornava o preso perigoso devido aos momentos de tensão, por não terem sua liberdade, surgindo clima de revolta entre os detentos.

A fama construída no CPJC foi imprescindível para sua reestruturação, visto que a população que morava nos arredores do presídio reclamava do clima de tensão em meio às fugas e rebeliões. Assim, o Ministério Público determinou que este fosse demolido, pois a prisão não possuía estrutura para internamento.

5.1 A ALA FEMININA DO CPJC

No ano de 2006, após a demolição, resta apenas a área masculina e uma ala para as internas do regime fechado. A ala feminina foi construída em 1992 e na época contava com um limite de 40 vagas. Ressalte-se que o Rio Grande do Norte tem na atualidade discrepância no que respeita aos estabelecimentos penais para os gêneros e o CPJC é a única unidade que abriga internas em regime fechado.

Diante dos séculos de punição no Estado do Rio Grande do Norte, e na cidade de Natal, dispomos de pouco espaço nas unidades prisionais e pouca atenção dos governantes e autoridades responsáveis, o que acaba deixando-as à margem do sistema penitenciário. Segundo dados do relatório nacional do DEPEN ano 2012, o número de custodiadas no RN era de 331 para 190 vagas no sistema. Em 2016 há crescente índice das custodiadas, chegando a 776, no entanto, sem previsão de vagas por gênero.

Tabela 1 Número de prisioneiros, no RN - 2016

	Masculino	Feminino	Total
Prisioneiros/as custodiados/as	7.920	776	8.809
Vagas	–	–	4.265

Fonte: Adaptado de INFOPEN, 2016¹⁰

¹⁰ Figura criada a partir dos dados disponibilizados no Levantamento Nacional de Informação Penitenciária, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>

Importa salientar, que até 2016 o número de pessoas custodiadas em prisões no RN teve evolução significativa, em contrapartida a baixa quantidade de vagas acaba por gerar superlotação, problema comum a vários estados brasileiros. Além dos problemas com a superlotação, as internas em situação de privação de liberdade enfrentam um problema a parte: os presídios não são construídos pensando em atender suas necessidades, em confronto com o disposto na LEP. Por esta Lei os estabelecimentos prisionais devem ser separados por gênero para que sejam implementadas políticas públicas específicas a cada um.

Figura 7- Entrada do pavilhão do CPJC



Fonte: Crédito direto da autora , 2019

Diante das discussões acerca da igualdade e da “necessidade de observar as particularidades do universo feminino, a resposta social e institucional para as que cometeram delitos é o descaso, e tudo continua como se elas fossem invisíveis” (LOPES, 2004, p.48). Essa invisibilidade exposta por Lopes engloba a esfera social, as políticas do Estado e muitas vezes a esfera familiar.

5.1.1 A Gestão do CPJC feminino

O pavilhão do CPJC funciona como uma unidade distinta do resto do complexo, não possui estrutura física com capacidade para acomodar detentas do regime aberto e

semi- aberto, mas recebe diariamente um significativo número de egressas que vem assinar o nome (do regime aberto ou semi-aberto).

Aparenta ser uma unidade independente, embora física e administrativamente esteja ligado ao complexo como um todo. Isso acontece, porque as duas alas possuem uma gestão. Repetindo que durante o período da pesquisa ocorreu uma mudança na gestão do CPJC. O complexo que anteriormente era administrado por uma agente penitenciária do gênero Feminino, passa a ser por um gestor, mudança essa considerada brusca, mediante o fato de a ala feminina sempre haver sido gerida por uma mulher. Diante dos fatos, importante ressaltar que a relação de poder e estrutura do complexo é própria de uma unidade independente¹¹.

A unidade é composta por grupos distintos, principalmente no que diz respeito às apenadas e a equipe dirigente. Entre os profissionais que atuam no pavilhão feminino temos agentes de ambos os sexos, enquanto profissionais da saúde e de assistência social. Contudo, esses profissionais que atuam no pavilhão feminino não são servidores efetivos do sistema, geralmente são provenientes de cargos comissionados, funcionários cedidos ou voluntários.

Todos os alocados no CPJC trabalham em regime de plantão, com duração de 24 horas. O trabalho envolve os espaços da unidade, e são responsáveis diretos por verificar o funcionamento do prédio, aguardar as detentas, em regime aberto e semi aberto para as assinaturas diárias, acompanhar projetos em andamento, abertura de celas, etc. As obrigações dos agentes estão previstas na LEP, regimento único e resoluções dos direitos humanos. É importante lembrar que o número de agentes femininas, no Estado está reduzido, comprometendo o trabalho.

O CPJC, para abrigar o contingente feminino, conta com 14 celas de convivência, 3 celas de triagem e cela especial de berçário, tendo a capacidade máxima para 70 pessoas, no entanto o complexo está com uma quantidade muito superior a sua capacidade.

A dinâmica do CPJC segue da seguinte forma: as residentes em celas de convivência podem socializar no pátio do pavilhão durante a saída para o banho de sol diário, que ocorre de forma segmentada, um lado do complexo é liberado a cada dia

¹¹ As decisões tomadas a frente da ala feminina necessariamente não se aplicam as alas masculinas.

(segunda-feira lado A; terça-feira lado B). Durante o banho de sol as celas do pavilhão que estão nesse procedimento permanecem abertas e elas podem transitar “livremente” naquele espaço. Elas também podem participar dos projetos, cultos religiosos e trabalhos vinculados a manutenção do convívio quando necessário. Além das celas de convivência as internas podem ser levadas as celas de sanção disciplinar, chamadas de “castigo”, na medida em que violam as regras estabelecidas na instituição.

Há no pavilhão as chamadas celas especiais, destinadas a internas com nível superior ou que por algum motivo necessitem a separação do convívio com as demais internas. Simbolicamente essas são as celas consideradas “seguras” porque deveria cada cela ter uma cama e poder ser ocupada por apenas uma apenada. As celas especiais são vistas de forma negativa pelas internas das celas comuns. Na concepção delas esse é o lar das caguetas - denominação para as internas que fornecem informações de dentro do pavilhão para os gestores. Durante a pesquisa as celas consideradas especiais estavam desocupadas, pois não havia mulheres com nível superior e necessidade imediata de separação das apenadas do CPJC.

Além, das celas e pátio de convívio, o CPJC conta com uma cozinha, e para lá são indicadas as internas com maior aptidão para essa tarefa. A demanda se baseia em fazer comida para os profissionais que trabalham na unidade e elas próprias. Segundo informações delas próprias, o lado positivo de trabalhar na cozinha do CPJC é que podem circular mais livremente pelo complexo, além disso, podem dormir e comer melhor que as demais apenadas. Porém existem os pontos negativos, como por exemplo a curiosidade dos agentes sobre as demais, o que ainda segundo elas pode causar conflitos, e não raras vezes, elas são consideradas caguetas.

5.2 PERCEPÇÕES E INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA

Adentrar o ambiente prisional significou vencer barreiras e contornar percalços, porque desde o início do ano de 2018 iniciamos os esforços para o processo de pesquisa sobre as mulheres do Complexo Penal João Chaves. Com a ajuda do Antropólogo Leonardo Alves, na condição de participante de projetos vinculados ao CPJC, conseguimos referências e contatar a diretora, Sra. Jacinta Maria. Após estabelecer os primeiros contatos foi encaminhado a COAPE, local em que deveria

explicitar a intenção e o funcionamento da pesquisa para obter autorização de prosseguimento.

Obtive permissão para realizar a pesquisa e estabelecer um cronograma de visitas e entrevistas, ficando definido que ocorreriam no período da tarde, pois esse é o horário de funcionamento da maior parte dos projetos e dessa forma poderia observar e posteriormente iniciar as técnicas para coleta de dados. Também foi acordado os dias para coleta de dados, terças, quartas e quintas, sempre acompanhada por uma agente penitenciária. Contudo a coleta ocorreria de acordo com as necessidades do complexo, podendo haver mudança em seu itinerário. As primeiras visitas foram de reconhecimento do local, em que acompanhei parte dos procedimentos cotidianos e pude conhecer e contatar as internas e as apenas consideradas de confiança (inicialmente, aquelas que prestam serviços na cozinha).

Seguindo o itinerário definido em conjunto com a gestão do CPJC, comparecemos ao complexo para realizar a primeira parte do levantamento de dados, definida por uma técnica de grupo nominal, para identificar os conceitos de qualidade de vida, segundo as mulheres em privação de liberdade. Porém foi necessário adiar, pois estávamos no mês de novembro e estavam praticamente em início os procedimentos de final de ano.

Continuei mantendo contato com a gestão do complexo para definir as próximas datas, sem muito sucesso, para ocorrer o esperado encontro com as mulheres que ali cumprem penas, quando recebo a notícia da substituição da Diretora. A situação da coleta de dados teve que novamente ser encaminhada a COAPE, para recomençar o processo e comunicar ao diretor que já havia uma autorização. Importante a novidade, sobre o fato de que a ala das mulheres do complexo nunca havia sido gerida por pessoa do gênero oposto.

Após cumpridos os procedimentos necessários, foi marcada uma conversa com o diretor do CPJC, e foram apresentados todos os passos a serem seguidos durante a pesquisa. O novo diretor solicitou mais tempo para adaptar-se a situação, já que as mulheres estavam insatisfeitas com as mudanças na gestão.

Cumprindo a solicitação, foi aguardado o período de adaptação e em seguida entrei em contato com o diretor para seguir a pesquisa, foi indicado por ele que a pesquisa deveria ocorrer em sala de aula e sempre acompanhada da professora, porém

nas visitas seguintes a professora não compareceu as aulas, causando problemas para continuação do cronograma previamente definido.

Diante desses imprevistos, aproveitei para estabelecer contato com as agentes penitenciárias, com as apenadas que trabalham na cozinha e com algumas pessoas que desenvolvem projetos no complexo, como membros da igreja e donos de estabelecimento que provem o material para os terços que parte das mulheres elaboram em prol de alguma renda.

Enquanto aguardava retorno da direção, ocorreu nova substituição da direção, voltando à direção do CPJC a antiga gestora. Cumpri, novamente, o processo de entrar em contato para finalizar a pesquisa. Foi acordado com ela que o questionário seria feito de cela em cela e ficou proibido a entrada de qualquer aparelho eletrônico (celular, gravador de voz, computador) podendo apenas entrar com os questionários impressos e uma caneta para anotar as respostas, que deveria ficar em minha posse, porquanto a esferográfica é considerada nos presídios uma arma letal.

O primeiro dia de contato direto com as mulheres que ali cumprem suas penas foi acompanhado por uma agente penitenciária, o que as deixou mais tímidas com as respostas. No entanto no segundo dia o procedimento da presença da agente não foi necessário, visto que as celas estavam fechadas e me foi solicitado ficar a distância das grades.

A conversa sem a presença da agente penitenciária seguiu um tom mais descontraído e proveitoso nas respostas, por vezes carregada de emoção e revelações sobre o cotidiano do sistema penitenciário.

Deixo claro que os nomes das mulheres em privação de liberdade ou agentes penitenciários com os quais mantive contato são fictícios, em favor de manter o anonimato e a segurança daqueles que aceitaram participar da pesquisa.

6 QUALIDADE DE VIDA POR MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Como explicado anteriormente, vencidas as dificuldades entramos no CPCJ em 14 de fevereiro de 2019, para realização de um *brainstorming* - técnica de grupo nominal – TGN, visando identificar os termos que as mulheres em situação de prisão relacionam com qualidade de vida, e maior ao mesmo tempo integrar a pesquisadora e as internas, a fim de facilitar a comunicação para as futuras entrevistas. A mediação ocorreu durante o período da tarde, com as alunas do projeto escola penitenciária e sob a supervisão da professora.

Esta etapa da pesquisa foi realizada com as apenadas do CPJC que cumprem pena em regime fechado, obedecendo a critérios de inclusão das participantes, definidos pelo próprio sistema, tais como: a) **participar da escola penitenciária;** b) **e aceitar integrar este projeto sobre qualidade de vida e acesso à informação direcionado às apenadas.** Ao não participar do projeto escola penitenciária estava entendido como critérios de exclusão: a) **a apenada estava impedida de participar de qualquer projeto;** b) **inclusive a este de acesso a informação.**

Representa a Tabela 1, do total de 14, são 7 celas, indicando as quantidades das internas que abrigavam e de participantes que colaboraram na pesquisa. Como se percebe é quase metade da população, tendo em vista que 48,6% das mulheres aderiram a pesquisa. Portanto as que participaram do projeto escola penitenciária e responderam à TGN são por cela as que seguem como participantes inclusive da segunda etapa com exceção das 3 que não desejaram deixar a sala de aula no momento de responder ao questionário.

Cela 14 (Artesanato)

A cela 14 - atualmente ocupada por 12 pessoas que cumprem pena no CPJC. Única cela totalmente composta por aquelas que participam dos projetos de artesanato, como o terço e crochê.

Cela 13

No ato da coleta de informação constavam 8 internas, mas é uma cela composta por 10 pessoas, das quais 3 participam da escola penitenciária e estavam em aula.

Cela 12

Como nas celas anteriores é composta por 10 pessoas. Ao todo 9 participaram do início da entrevista em virtude de haverem cedido o horário de aulas. Essa cela

mantinha duas senhoras de idade e ambas com problemas de saúde (pressão alta e diabetes).

Cela 11

A cela 11 estava composta por 12 apenadas, sendo que 4 estavam em sala de aula e 1 recusou-se a participar da pesquisa, assim ficamos com um número de 7 mulheres participantes conversa, dentre as quais uma integrante, jovem de 20 anos, natural de outro Estado.

Cela 10 (BERÇÁRIO)

Conhecida como Berçário é a cela responsável por abrigar as grávidas da instituição, também com 10 internas, entre 2º e 8º meses de gestação. A entrevista com elas foi bastante descontraída e emocionada em alguns momentos, mas apenas 1 foi realmente participante da pesquisa. Está cela em questão tem um pouco mais de espaço e uma mobília diferente, causando uma impressão de “conforto”.

Tabela 2 – Internas por cela e quantidade de participantes da pesquisa

Número da cela	Quantidade de internas	Quantidade de Participantes da pesquisa
Cela 14	12	12
Cela 13	8	Estavam em aula
Cela 12	10	9
Cela 11	12	7
Cela 10	10	1
Cela 8	10	3
Cela 7	12	4
Total	74	36

Fonte: CRÉDITO DIRETO DA AUTORA, 2019

Cela 8

A cela de número 8, contém 10 pessoas em situação de prisão, das quais 3 participam das aulas, portanto foram as que puderam participar da pesquisa tendo em vista que as demais não estão alocadas em nenhum projeto.

Cela 7

Última a ser visitada durante a temporada no CPJC, segue o mesmo padrão das anteriores, pouco espaço e número elevado, total de 12, sendo que apenas 4 participam da escola, portanto puderam ser incluídas enquanto participantes da pesquisa.

6.1 SOBRE QUALIDADE DE VIDA

O encontro na sala de aula da escola penitenciária teve apresentação do que seria a pesquisa, seguida da leitura do termo de consentimento. Durante o procedimento de coleta de dados apresentamos como seria feita a TGN percebendo a recepção pela empolgação com a dinâmica, que se iniciaram por questionamentos sobre o sentido com que deveria ser tratado; perguntas se na LEP há aspectos sobre qualidade de vida?; afirmações sobre o dia a dia no complexo, resultando em breve exposição sobre a temática.

Também como referido, o *braistorming* é técnica que permite o desenvolvimento da criatividade e produz grande quantidade de ideias em curto espaço de tempo. Apresentamos o tema, qualidade de vida para as participantes e solicitamos que verbalizassem o entendimento sobre o referido assunto, sem preocupação com certo ou errado. As ideias foram registradas em *post-it* versaram acerca histórias de vivencia sobre a má qualidade de vida, a realidade de um presídio feminino e seus contextos variáveis.

Figura 8 - Os *post-it* com anotação dos termos sobre qualidade de vida



Fonte: CRÉDITO DIRETO DA AUTORA, 2019

Em virtude de serem impedidas de utilizar lápis ou esferográficas durante sua estada no complexo, sob a alegação de que podem se transformar em armas, anotamos

as ideias a respeito de qualidade de vida expostas durante o desenvolvimento da técnica. A imagem apresentada na Figura 7, demonstra palavras citadas durante o procedimento.

A seguir o demonstrativo dos termos ou expressões e quantidade de vezes que foram citados durante a TGN, sobre qualidade de vida. Elas indicam, em primeiro lugar, que mesmo sem conhecimento científico as mulheres em situação de privação de liberdade referem a elas em suas falas, em razão de que tais necessidades de informação são consideradas parte das necessidades humanas e têm o poder de determinar o comportamento do indivíduo em seu meio de convívio. Em segundo lugar, concordam com os autores que afirmam que necessidade de informação surge por um sentimento.

Tabela 3- Termos citados e quantificados na Técnica de Grupo Nominal

TERMOS QUALIDADE VIDA	Nº de VEZES CITADOS	TERMOS QUALIDADE VIDA	Nº de VEZES CITADOS
Saúde	17	Ter remédios	4
Respeito	15	Não ficar trancada	4
Amor	12	Estudar	4
Ser ouvida	11	Assistência social	3
Ir na escola	11	Assistir filme	3
Ficar com a família	9	Cuidar dos filhos	3
Assistência do Governo	9	Sair daqui	3
Dormir em cama	7	Ter o que vestir	2
Trabalho	7	Comer na hora certa	2
Ser amada	7	Atividade física	2
Cuidar da família	7	Cuidar dos cabelos	2
Médico da mulher	8	Sorrir	2
Dinheiro	6	Paz	2
Lugar pra morar	6	Estar bem da cabeça	1
Comer bem	5	Amigos	1
Se cuidar	5	Ser feliz	1
Saber ler	5	Poder dançar	1
Cuidado	5	Ir as festas me divertir	1

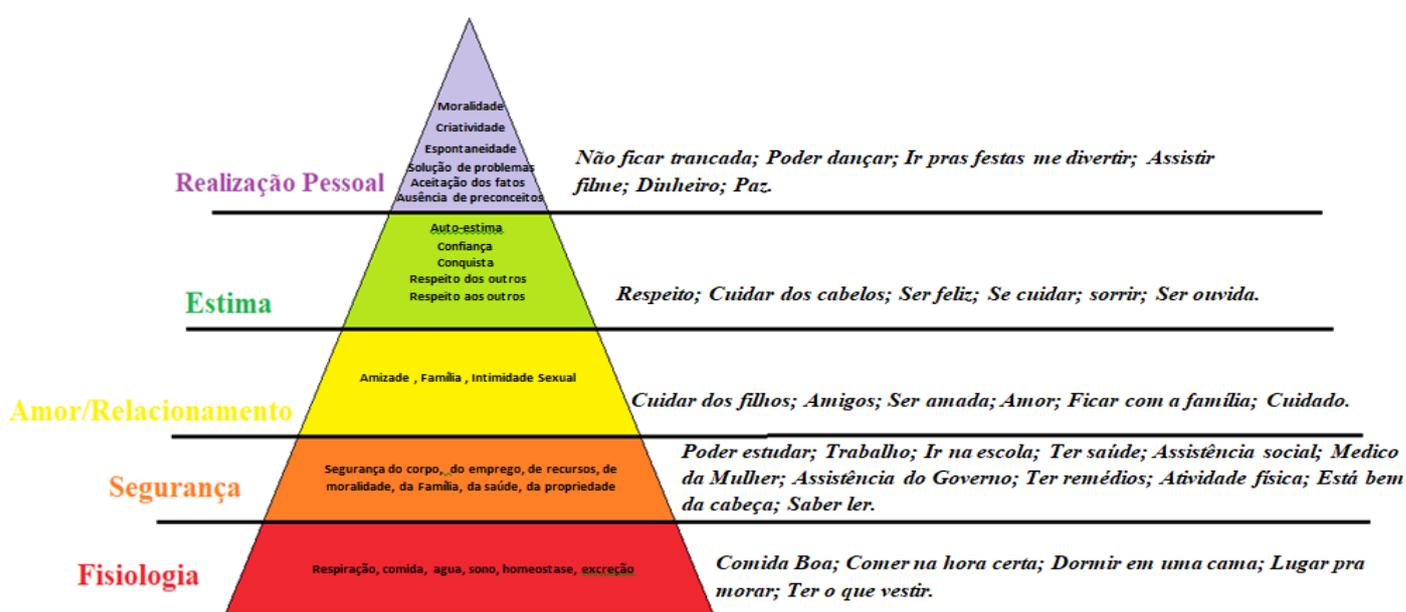
Fonte – CRÉDITO DIRETO DA AUTORA, 2019

Maslow considera que as necessidades humanas estão arranjadas em uma hierarquia e estão classificadas na seguinte ordem, fisiológicas, segurança, amor/relacionamento, estima e realização pessoal, sendo as necessidades fisiológicas as mais importantes, pois são consideradas as necessidades da base. Por outro lado, a partir do momento que uma necessidade está satisfeita o indivíduo passa a sentir desejo de satisfazer a próxima necessidade.

É perceptível que as mulheres em situação de privação de liberdade referenciam que qualidade de vida está ligada a uma série de fatores internos e externos, que englobam não apenas o ser individual, mas um conjunto de situações, elementos e serviços necessários a melhoria de vida. Contudo também é notável que as questões direcionadas a segurança fazem parte da maior preocupação dessas mulheres. As necessidades de segurança são a segunda parte da base da pirâmide de Maslow e estão vinculadas com as necessidades de sentir-se seguro, ou seja, sem perigo, em ordem, com segurança, com emprego estável, plano de saúde, seguro de vida, assistência social, psicológica e etc.

Os termos indicados pelas internas do CPJC estão colocados na pirâmide, de Maslow, tentativamente seguindo o que foi colocado por esse autor. Existem inclusive termos que podem estar em mais de uma necessidade e acreditamos possam ser aprofundados. Apenas exemplificando as pessoas sentem a necessidade de auto-estima antes da necessidade de amor; para elas, é mais provável uma pessoa poderosa¹² ser amada do que uma prisioneira. Isso afeta em como elas entendem todas as questões que as afetam e que interferem na melhoria de como se sentem.

Figura 9 - Pirâmide de Maslow e termos citados sobre qualidade de vida



Fonte: Adaptado de Maslow para comparar com termos indicados pelas mulheres em privação de liberdade

¹² Categoria estabelecida pelas mulheres em situação de prisão

Existe uma série de medidas que podem identificar os níveis de necessidade de informação, uma das maneiras mais comentadas diz respeito as reclamações expostas pelos indivíduos, tendo em vista principalmente que quanto mais a necessidade se apresenta mais elevados são os desejos e as reclamações, e por via de consequência também são fortes as reclamações Maslow (1973).

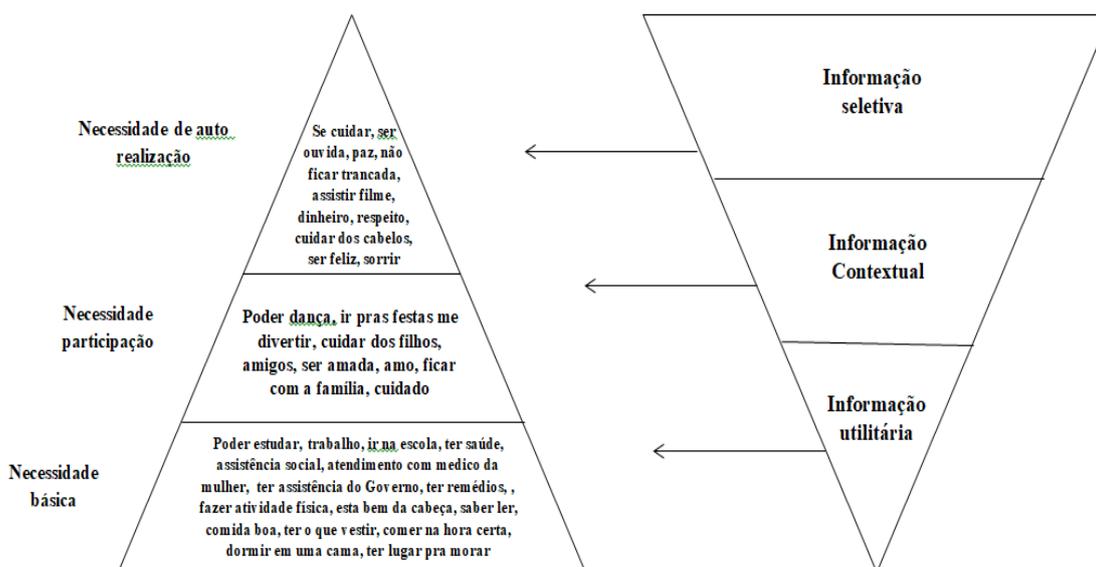
No CPJC existe reclamações e/ou necessidades em todos os níveis da pirâmide que se enquadram no contexto que Maslow trata como indicador de necessidade, demonstrando que os estratos estão carregados de estigmas e de idiosincrasias individuais. A própria história do sistema prisional exerce por si só nas pessoas um panorama que cria preconceito, para quem nunca teve contato com presídios, o que dizer para as que se encontram privada da liberdade. Se para quem está fora elabora cenários e imagens de necessidades em todos os níveis, isso é tanto mais acrescido quanto seja no ambiente penal. Para um indivíduo, com certo nível de necessidade, esse tem seu organismo orientado para a busca de meios de satisfazê-la, as reclamações são indicativas da tentativa de satisfazê-las, ser ouvido, de poder expressar as necessidades.

- **Níveis fisiológicos:** Reclamações referentes a comida, sentir fome e não comer o que deseja, más condições de vida, falta de espaço, de conforto pessoal, manifestação de lugar com conforto para dormir, de condições de saúde. Neste nível, as necessidades servem como base ou como canal para a satisfação das demais necessidades.
- **Níveis de segurança:** Queixas relativas à não poder estudar, não saber ler, não poder trabalhar, não ter como sustentar a família, não dispor de assistência médica especializada para mulher, não dispor de medicamentos. De acordo com os termos indicados na Tabela 2, saúde teve 17 indicações, sendo o maior score, seguido de médico 8 scores.
- **Níveis de relacionamento ou amor:** Reclamações pela falta de visitas dos companheiros, de relações afetivas íntimas com outras mulheres, por não ter oportunidade de compartilhar comida com as colegas que não recebem visitas, de poder cuidar dos filhos; de ter como ajudar no desenvolvimento deles como pessoas.
- **Níveis de auto estima:** As queixas referem-se, principalmente, à perda de dignidade, desacreditarem de sua importância para o governo (9 indicações), levando-as a não conseguir sorrir e ser feliz.

- **Níveis de realização pessoal:** As reclamações são vinculadas aos prazeres sociais, como o fato de assistir a um filme (3 scores), ouvirem ou ler um jornal, uma rádio ou TV, são necessidades que poderiam ser consideradas menos importantes, mas que fazem diferença para as mulheres privadas de liberdade.

Neste sentido, faz-se importante utilizar os conceitos de Aldo Barreto (1999) sobre a relação existente entre as necessidades e os estoques de informação. Para ele fluxo de informação agrega valor no sentido inverso ao das necessidades, ou seja, da base para o topo, e a oferta de informações se comportar como uma pirâmide invertida conforme a informação demandada para atender seja as necessidades básicas, de participação ou de auto realização.

Figura 10 - Pirâmide de Barreto e termos citados sobre qualidade de vida



Fonte: Adaptado de Barreto para comparar com termos indicados pelas mulheres em privação de liberdade

A Figura 10 faz referências às demandas e aos estoques de informação, e como cada o indivíduo visualiza sua própria necessidade de informação mediante o contexto em que se encontra, e sobretudo do caráter flexível dessas demandas. Como mencionado, a necessidade de informação parte do princípio da redução de incertezas, quando a informação é assimilada de forma correta, produz conhecimento. Porém,

quando refere a qualidade e utilidade da informação trata-se de algo particular de cada indivíduo, ele é o único responsável por definir o que deseja tratar como necessidade básica, de participação ou de auto realização, isso só ocorre em virtude do sentimento da necessidade de informação.

6.2 NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

A segunda parte da pesquisa se constituiu a partir de entrevistas com as mulheres que cumprem pena no CPJC. Anteriormente explicitamos que ficou pré-definido a utilização de um questionário, porém as condições impostas, pela Coordenação à frente da unidade, não permitiram realizá-lo de forma individualizada, fazendo-se necessário uma adaptação, resultando numa conversa por celas, com a própria mediadora realizando as anotações. Também não se permitiu o uso do celular para que gravássemos as conversas sempre encerradas no horário das 17:00 horas, para que iniciassem o procedimento de contagem das mulheres.

Dáí entende-se que foi necessário um retorno ao CPJC no qual foi reforçado o fato de não podermos nos aproximar das grades de determinada cela, pois se tratava de detenta com problemas psiquiátricos em fase agressiva. Paradoxalmente, as visitas as celas neste dia/encontro ocorreram sem acompanhamento ostensivo de agente penitenciário, que apenas nos observava a distância. Isto possibilitou uma entrevista mais descontraída e com maior riqueza de detalhes.

Para os dados coletados Construimos categorias a partir da técnica de categorização presente no método de análise de conteúdo como sintetizado por Bardin (1997), tentando ao mesmo tempo atender ao que as detentas externalisaram como parte de um conjunto de técnicas da comunicação que utilizam procedimentos objetivos para descrição do conteúdo das mensagens. As informações categorizadas a seguir compreendem as falas de um percentual de mulheres 48,6% das entrevistadas, que atendiam as condições de poder participar do estudo no CPJC.

A necessidade de informação é condição indispensável para o acesso e uso da informação, estas associadas a outras necessidades básicas humanas, divididas em três categorias por Barreto (1997): as básicas, de participação e de auto realização e como se relacionam as necessidades de informação ao papel que a informação exerce na vida

diária dos indivíduos e no meio ambiente ao qual esse pertence. Na Figura 10 as necessidades básicas se relacionam a informações utilitárias, para as mulheres do CPCJ as informações que necessitam estariam atendidas embora não as satisfaça plenamente. Contrariamente as necessidades de auto realização coincidem com as informações que mais se encaixam no que a maioria dos autores expõem.

Os autores que reportam a necessidades de informação consideram e/ou acreditam inseridas no escopo do pensamento e da construção de sentidos. Todavia, os caminhos e percalços que os envolvem, norteiam o pensamento e a construção de sentidos, envolvendo aspectos quantitativos/objetivos, qualitativos/subjetivos e interacionistas/sociais (MASLOW, 1973; BARRETO, 1997; CHOO, 2003; SILVA, 2012). Reafirmam, portanto que a despeito de poderem ser expressos e quantificados a necessidade de informação é parte essencial de um todo, relacionado ao contexto das experiências de vida, das relações sociais dos indivíduos com outros seres humanos que o levam a desenvolver o sentimento de necessidade, muito embora esta seja uma experiência que cada um vive a seu modo, em sua individualidade.

Ainda há que se considerar que tal necessidade pode se apresentar de forma imediata de informação, sentida pelo indivíduo/usuário em um momento específico, demandando uma satisfação pontual e rápida. Por outro lado, pode também mediata sentida pelo indivíduo/usuário, mas amadurecendo a satisfação a partir de um processo histórico (SILVA, 2012).

A seguir a análise dos dados será apresentada pelas categorias utilizadas por Barreto (1997) em 3 grupos compostos por Informação Utilitária; Informação contextual; Informação Seletiva; Cada categoria integra as falas que no nosso sentimento se encaixam no tipo de informação como os separamos.

6.2.1 – Informação Utilitária

As necessidades de caráter básicas, também tratadas como informação utilitária, são aquelas que cumprem a base da pirâmide das necessidades humanas, consideradas para muitos como aquelas mais importantes e de segurança, tais como manter-se vivo, respirar, um trabalho digno, lugar para dormir, entre outros aspectos.

Observa-se um interesse generalizado no que reporta aos estudos, pois a maioria acredita que a sala de aula é um lugar de saber, que tem poder de mudança positiva.

Entendemos ser esta uma condição *sine qua* para que participem das poucas possibilidades que o CPJC oferece, inclusive participar da confecção de terços, que lhes permite uma renda para contribuir com a manutenção dos filhos. Entretanto existe a reclamação vinculada ao fato de não serem todas as que podem frequentar a escola penitenciária, que lhe daria oportunidade de participação em outro projeto.

QUADRO 1 - Aprendizado em sala de aula

Nº DA CELA	FALAS SOBRE APRENDIZADO EM SALA DE AULA
C14	Sim, mas tem a opção de projeto. Essa turma aqui ninguém participa porque a gente quis fazer os terços e as outras coisas, distrai o dia e a gente arruma um dinheirinho pra ajudar em casa.
C13	Sim, mas aqui é por cara, eles escolhem quem vai participar, ninguém sequer justifica, é só não pode e pronto.
C12	Sim interessa, mas aqui se estuda por cara, quem elas gostam participam.
C11	Sim, mas a gente não participa, disseram que não tem espaço pra todo mundo. Eu queria, era bom para ao menos assinar o nome.
C10	Sim, mas só a Lis faz aula aqui. Eu faço terço, preciso comprar umas coisinhas para minha bebê e o terço paga. Acho que aprende muito, é uma pena que nem todo mundo pode participar, aqui tudo é por cara.
C8	- Sim, a aula é um lugar de aprender e quando a gente aprende tem oportunidade de sair desse lugar e encontrar um futuro, trabalhar, criar nossos filhos e ensinar a ser melhor que nós.
C7	Até interessa, mas aqui é tudo por cara, eles escolhem quem pode participar das aulas e dos projetos e o resto fica de cara pra cima.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

Todo cidadão tem direito a educação, isso inclui o prisioneiro em atenção a LEP em seus artigos 17 e 18, compreendem um direito que exige do Estado uma prestação positiva. porém quando se exclui uma porcentagem de indivíduos vai-se contra o estabelecido. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, a formação profissional do preso e do internado, e o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se ao sistema escolar da Unidade Federativa. As mulheres conhecem esses direitos e em determinado momento citaram a LEP.

Desta forma, a não participação das apenadas em atividades educacionais afronta o exposto na norma jurídica, contraria a assistência educacional, o oposto poderia possibilitar um processo de ressocialização, bem como a remissão de pena principalmente pelo fato de ampliar as possibilidades dessas mulheres quando voltarem para liberdade e ao mercado de trabalho.

Acrescendo a solicitação da escola, elas também se posicionam a favor da frequência a biblioteca pela possibilidade de leituras compartilhadas, que é a forma encontrada para satisfazer as que não sabem ler. Na instituição a biblioteca foi implementada há pouco tempo, mas as internas reivindicam mais títulos e diversidade de tipos de leituras, inclusive fazendo indicações.

QUADRO 2- Biblioteca X Leitura

Nº DA CELA	FALAS SOBRE BIBLIOTECA X LEITURAS
C14	<p>Não, todos pegamos livros de todo jeito só que tem poucos e é muitos anos aqui dentro senhora, já ja a gente acaba.</p> <p>Gostaríamos de ler:</p> <p>Livros sobre drogas, efeitos que causa.</p> <p>50 tons de cinza já que não tem visita (risos contidos)</p> <p>Christiane F</p> <p>Revistas semanais atualizadas, as daqui são de 1900 e bolinhas.</p> <p>Crepúsculo</p> <p>Jornais, moça, é difícil não ter notícias do mundo.</p>
C13	<p>Não, a gente gosta de tudo, aqui senhora é a única coisa que tem pra fazer, ler e rezar.</p>
C12	<p>Na verdade só uma vai a escola aqui (significa na cela), o restante pega de tudo, a gente lê em voz alta porque Dona Margarida não sabe ler nem escrever e ai a gente lê pra ela também. A gente queria literatura de cordel, ai nem tem.</p> <p>A Jasmim pediu livro infantil pra ler no dia da visita, mas elas lá falaram que é proibido.</p>
C11	<p>Qualquer coisa que tire a nossa atenção desse lugar já está de bom tamanho.</p>
C10	<p>Não aqui a gente lê de tudo, principalmente coisas de Deus.</p> <p>Acho que deveria ter alguns livros pra criança, pois a gente podia ler para nossos bebês, dizem que eles podem ouvir na barriga</p>
C8	<p>É tudo, aqui tem poucos livros e a gente aproveita pra passar o tempo. Eu gosto dos livros de amor e de Deus.</p>

	Eu gosto de 50 tons de cinza, mas o da biblioteca sumiu. (risos)
C7	Não, acho que nem pedem pra ler as coisas na aula. Aqui sempre tem livro, vamos fazendo tipo um rodizio (risos) cada uma lê uma parte e ficamos conversado sobre a história, gosto muito de gibi, mas aqui não tem. Tinha dois cordeis, mas rasgaram.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

O significado da biblioteca atualmente extrapola os termos ao qual a do CPJC se mantem, a moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo, proporcionando-lhe leitura, mas buscar e oferecer a informação de que necessita, deseja satisfazer às necessidades de forma grupal, assumindo voluntariamente o papel de um órgão, dinâmico e multiforme da coletividade Martins (1998). No ambiente prisional, a biblioteca tem caráter de instituição indispensável ao amparo educacional, social e cultural do indivíduo que se encontra apenado, isso pelo fato que o acesso a leitura, educação e sobretudo a informação viabiliza o entendimento sobre o direito do cidadão.

A biblioteca prisional tem o ofício de incentivar a melhoria de vida do apenado, atuando como instrumento colaborativo na reintegração e ressocialização da mulher em privação de liberdade. Leite (2004) embasa tal apontamento ao citar que a informação é o elo que permite ao apenado acompanhar os acontecimentos do mundo fora dos muros da prisão durante o tempo que está em cárcere. Novamente enfatizando que o acesso à informação auxilia a função ressocializadora da pena, bem como a biblioteca prisional auxiliaria o apenado no combate a ociosidade.

Ao questionar sobre o ambiente e o interesse pela literatura percebe-se como a Biblioteca está inserida de forma positiva no dia a dia dessas mulheres, todas responderam positivamente e inclusive aquelas que não sabem ler são beneficiadas, pois as colegas acabam lendo em voz alta e assim todas são incluídas nas leituras. Tal situação é bastante benéfica, ao ponto que todas estão tendo acesso aos livros e melhorando a sua interação e percepção sobre as necessidades coletivas.

Notadamente existe uma solicitação por maior variedade de material informacional, como livros infantis, gibis, revistas atualizadas e jornais. Entretanto o espaço é reduzido e isso acaba dificultando a chegada de novos materiais, além da instituição alegar a falta de verbas para diversas necessidades.

QUADRO 3- Atividade física.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE ATIVIDADE FÍSICA
C14	Sim (3 pessoas responderam positivamente) fazem juntas, abdominal e dá uma carreira durante o banho de sol. O restante da cela respondeu negativamente.
C13	Não, mas aqui tinha zumba e era bom demais, ai parou e agora a gente fica só nessas quatro paredes uma olhando pra cara da outra. Aqui era pra ter essas coisas: zumba, dança, tudo que a gente tivesse oportunidade de melhorar um pouco a vida, porque dizem que isso é ressocialização senhora.
C12	Só quem faz é Margarida, Tinha gente que fazia, mas aqui a comida não tem sustância e ai a pessoa faz exercício como?
C11	Quais? Só tem o banho de sol. Aqui tem lazer não, só sofrimento
C10	Não, com a barriga fica difícil (risos). Eu praticava, mas tem o bebe agora e aqui não oferece atividade pra quem está boa, imagina pra quem está assim (grávida).
C8	Sim, a gente faz juntas.
C7	Não tem como fazer nada aqui, e a comida é pouca e ruim, então se for fazer exercício a gente passa mal.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

Cima (2004), entende por atividade física um conjunto de ações que um indivíduo ou grupo de pessoas pratica envolvendo gasto de energia e alterações do organismo, por meio de exercícios que envolvam movimentos corporais, que resultam em benefícios à saúde. No sistema penitenciário as questões referentes à atividade física são importantes para garantir uma qualidade de vida melhor para o apenado, a prática de atividade física se destaca por estimular hormônios que compõem as sensações de prazer e satisfação, além de ser uma alternativa para o engajamento do grupo em questão como citado por Melo (2007). Ressaltamos ainda que o artigo 41, inciso V e VI da LEP estabelece a proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o

descanso e a recreação a prática de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, compatíveis com a execução da pena.

No tocante as atividades físicas, existe uma necessidade de espaço adequado para a prática de qualquer tipo de atividade, essa é uma reclamação constante entre as mulheres, além disso, percebemos vontade de exercer práticas físicas, Apesar das dificuldades algumas mulheres conseguem fazer atividade localizada com a ajuda nas demais presas. Em tempos passados o complexo contava com atividades como dança e zumba, porém essas atividades foram cortadas. A atividade física ligada as relações de melhoria na saúde da mulher presa, estão principalmente relacionadas à qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, praticar exercícios pode ajudar a melhorar a vida e a saúde, e não apenas a saúde física, a constante realização de atividades físicas libera substancias importantes na corrente sanguínea capazes de combater e prevenir problemas como depressão, estresse e ansiedade.

O CPJC tem um déficit bastante elevado em práticas de melhoria de vida, principalmente relacionadas as atividades físicas, algo que pode ser considerado bastante negativo, pois , além dos benefícios diretos que as atividades físicas poderiam gerar a essas mulheres o fato de diminuir a ociosidade dentro do complexo pode ajudar inclusive a evitar conflitos entre elas.

QUADRO 4- Culinária.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE CULINÁRIA
C14	Ah, todo mundo gosta de cozinhar e fazer um bom almoço, mas aqui tá ruim viu (risos) eu adorava fazer cuscuz temperado. - E eu fazia muita feijoada na minha casa, um feijãozinho marreteiro (feijão preto).
C13	Sim, mas é até difícil dizer o que a gente gosta, aqui tudo é ruim e a gente ainda passa o dia sentindo cheiro bom da cozinha, pra gente é essas quentinhas, tudo ruim. Aqui todo mundo cozinha porque é dona de casa e aí a gente aprende a fazer o básico.
C12	Sim, eu faço lasanha, mas aqui num tem fogão. Sei fazer só miojo (risos) com ovo é uma delicia, comida de barão. Aqui a gente sofre muito, porque tem pouca comida e tem gente com mais idade, ela (Girassol) tem Diabetes e quando a glicose baixa precisa de docinho pra não ir pra “Zé Bocão” .

	--- (Girassol) moça, lá em casa eu comia direito, tomava meus remedinhos, depois que eu cai aqui só Deus! Tem dias que penso em morrer logo e acabar com isso, mas sabe, eu tenho filhos e tem meus netinhos, eu quero voltar pra casa por eles.
C11	Gosto (maior parte das respostas positivas). É faço macarrão, aqui era pra ter fogão ai a gente fazia. Eu não gosto, não sei fazer um ovo. (resposta negativa)
C10	Sei fazer um pouco de tudo, a gente se vira como pode. Todo mundo sabe fazer uma besteirinha aqui, nem que seja um mingau (risos...).
C8	Sim. Eu não... Nem eu (Resposta de duas mulheres). Eu gosto de buchada, você já comeu? Eu sinto muita falta de comer uma buchada com limão (risos...).
C7	Sim, mas a que vem pra cá é podre, ruim, no domingo piora, vem mofada e até com bicho, tem gente que come e na hora fica passando mal demais. É uma tristeza.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

A culinária incorpora-se na informação utilitária ou básica, pois a alimentação tem papel primordial na vida dos sujeitos, isto porque sem a quantidade de alimentação básica a vida não é preservada, além disso, a alimentação é um direito constituído por lei a todo individuo. No artigo 6º da Constituição estão ressaltados os direitos tidos como sociais: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados e, recentemente, também a alimentação, ganhando efetivo status de direito fundamental.

Durante a conversa sobre alimentação saímos da “pauta do que você gosta” para reclamações acerca do que é disponibilizado no CPJC, a conversa iniciou-se tímida, mas com o passar do tempo percebemos maior abertura na comunicação. A maioria gosta das praticas culinárias, principalmente por serem mães ou donas de casa, assim acabam tendo uma maior afinidade com a culinária, porém essa afinidade não lhes concede maior propriedade para falar sobre as refeições cedidas pelo complexo.

As refeições encaminhadas pelo estado, possibilitam a que diariamente essas mulheres recebem quentinhas, por 3 refeições diárias (café, almoço e jantar). Isso é incluso a qualquer mulher que cumpre pena no CPJC, independente da idade ou problemas de saúde, entretanto a falta de alimentação balanceada acaba gerando alguns

conflitos e prejudicando a saúde das mais debilitadas., além do fato de que elas não podem receber comida de suas famílias.

6.2.2 – Informação Contextual

A informação contextual envolve a necessidade de pertencimento, geralmente está vinculada aos atos de cuidado, amor, amizade etc., assim as relações com as companheiras do presídio fazem parte da informação contextual, pois trata-se de pertencer a um determinado espaço e não se sentir excluído. O indivíduo tem a necessidade de pertencer a grupos específicos, isso para não se sentir excluído dos demais, neste caso é fundamental que o indivíduo cumpra algumas funções sociais para integrar-se ao meio, assim é preciso muitas vezes adequar a sua língua, religião, cultura, sotaque, hábitos etc. Neste contexto, basicamente, o indivíduo busca à informação que lhe garanta a permanência segura nos diversos contextos em que vive e que deseja permanecer.

Neste ponto, iniciou-se um questionamento sobre o convívio com as colegas no CPJC. Percebeu-se que dentro das celas o clima é de paz e por diversas vezes descontraído, com exceção de algumas celas onde existe atrito com alguma colega. Contudo, para evitar conflitos e problemas nas celas, geralmente há uma separação entre as apenas consideradas de risco, exemplo disso é a cela 01, cela essa que não pode ser entrevistada, mas que é denominada de A FACÇÃO, cela responsável por abrigar as detentas faccionadas ou esposas dos faccionados, essa cela em questão foi lembrada por todas durante as entrevista, como sendo uma cela problemática.

QUADRO 5- Relacionamento com as amigas.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE RELACIONAMENTO COM AS AMIGAS
C14	As vezes é bom, nessa cela é ótimo porque somos amigas, mas tem umas ai que complicam, olha ai aquela cela moça (aponta para a cela de numero 01) ali é só para as faccionadas, ali num é bom não (risos).
C13	É bom, só tem uma aqui que não é muito legal, fica causando briga. Aqui senhora, a gente fica feliz quando uma vai pra casa é até um incentivo pra gente aguentar os dias.
C12	É bom, na cela a gente se entende, tem umas brigas porque é muita

	mulher junta falando, rindo, chorando (risos).
C11	É tranquilo, todas ajudam. Se uma está triste a gente conta histórias que já viveu e tudo que já fez, pelo menos a gente se anima.
C10	É bom, a gente conversa sobre nossos filhos, os lá de fora e os que estão aqui na barriga (risos) falamos do futuro, de como vai ser quando sair desse lugar. Toda vez que uma vai embora pra casa a gente fica feliz, pensando que logo será a nossa vez. Aqui é assim, um dia de cada vez.
C8	Por vezes é complicado, dentro de casa é complicado, aí imagine aqui nesse aperto, esse monte de lugar sem espaço pra fazer nada e sem ter o que fazer. A cabeça da pessoa não aguenta e quer fazer besteira, mas a gente reza e pede força a Deus.
C7	É bom, aqui somos amigas. Quando uma vai embora a gente comemora pela vitória dela, todo dia na cadeia é um luta e quando tem uma vitória a gente fica feliz.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

A entrega das quentinhas do almoço e jantar eram direcionadas as celas por uma detenta de confiança do CPJC, porém em um determinado momento a cela facionada tomou essa detenta como refém através das grades, ocasionando sérios problemas físicos a detenta em questão e uma série de conflitos entre as agentes e as presas.

Durante o decorrer da pesquisa, percebeu-se que as mulheres se ajudam, existe uma felicidade nítida quando elas citam aquelas que passaram pelo complexo e hoje senguem suas vidas fora desse espaço, para elas, saber que uma foi embora e está construindo um a vida nova é uma forma de acreditar em tempos melhores.

QUADRO 6- Relacionamento e visita familiar.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE RELACIONAMENTO E VISITA FAMILIAR
C14	(Risos) É pra falar a verdade moça? É normal, se é que da pra dizer assim. É bom olhar nossas crianças Sim, todas tem, aquela ali tem.
C13	Bom e ruim ao mesmo tempo, é difícil quando não vem ninguém e tem muita gente aqui que não recebe visita, aqui a gente não pode dar um

	copo de refrigerante a uma colega que não recebeu visita, porque já ganha punição. Tem como ficar bem assim?
C12	É bom, mas é triste ninguém sabe nem como explica isso direito.
C11	Feliz, mas é difícil receber eles nesse lugar. -Begônia (Jovem com pouco tempo na instituição). Eu nunca recebi visita, minha família nem é daqui, em casa eu tinha de tudo, aqui nem comida decente tem. Por isso que tem dias que eu acordo assim triste. Ah, hoje de manhã eu estava tão triste, agora estou melhor, porque aqui é assim tem horas que a gente fica triste. É até bom quando vem gente de fora, como a senhora para olhar outra cara (risos).
C10	Triste moça, aqui é um inferno. Não tem lugar pra nada e a visita é nesse sol, se alguém quiser ir no banheiro não pode ou vai no banheiro e depois tem que ir pra casa. Tem gente que se urina ai moça, é horrível.
C8	É horrível, constrangedor. Antigamente as visitas eram nas celas, ai nossos familiares usava o banho, ficavam na sombra, era muito melhor. Agora inventaram de colocar as visitas no pátio, ai é sol e ninguém pode ir no banheiro, nem nossos familiares ou nós. Aqui já não é um lugar feliz, a única felicidade é vê nossos filhos, mas somos obrigadas a passar por esse constrangimento.
C7	Muito triste, esse lugar não é pra receber gente, sinto saudade da minha família, mas prefiro que não venham aqui, só pra vê meu sofrimento. Minha mãe tem 60 anos, é uma humilhação o que ela passa pra entrar nesse lugar, então prefiro que ela fique em casa, antes eu mandava uma carta só que agora nem isso pode mais.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

A subcategoria relacionamento familiar e visitas no complexo foi de longe a mais marcante. Todas as respostas eram cercadas por uma carga de melancolia na fala ou no olhar das mulheres, primeiro pelo fato de receberem sua família no ambiente em questão e segundo pelo ambiente não oferecer nada propício a recepção das visitas. As indicações de necessidades iniciaram-se de maneira moderada, em virtude da presença da agente penitenciária que acompanhava, mas com o passar do tempo e desenrolar da conversa a fala se tornou sempre mais aberta aos acontecidos no CPJC. Receber suas famílias, deveria ser uma coisa mais marcantes, na verdade é, mas não de forma positiva.

Foi perceptível que as condições para as visitas deixam as mulheres extremamente tristes, além disso, a falta de visita dos maridos/ namorados é fator agravante, uma maioria tem seus maridos presos ou se envolveu no mundo do crime através de um relacionamento amoroso e o companheiro encontra-se na mesma situação ou simplesmente desapareceu depois das suas prisões. A realidade do sistema acaba por ser menos compreensiva com as mulheres, alguns direitos que as alas masculinas têm não são considerados para as alas femininas do complexo, como por exemplo as visitas íntimas. Inclusive os casais do mesmo sexo não podem ficar nas mesmas celas, para evitar contato físico.

QUADRO 7- Artesanato

Nº DA CELA	FALAS SOBRE ARTESANATO
C14	O terço e o crochê, acho que só tem isso moça, depois que a chefe que voltou saiu, tudo foi cortado.
C13	Os terços, mas só pode fazer quem é escolhida, é exclusivo para escolhidas.
C12	Só tem o artesanato, antes tinha tanta coisa e agora está assim, umas podem e outras não aí a gente fica de cara pra cima.
C11	Só tem crochê e os terço, mas é só pra quem é do artesanato, aqui ninguém é.
C10	Só tem o terço, eu não faço nenhuma. Aqui é tudo bonito na fala moça, é tanta promessa que parece até que vamos ter uma vida digna aqui dentro, só que a realidade é outra. Aqui a gente perde a dignidade.
C8	Nenhuma, aqui só tem terço e a gente não participa.
C7	Aqui num tem isso não (risos...).

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

O artesanato teve um destaque maior para a produção de terço, uma porcentagem de mulher do CPJC participa do projeto que produz terços para uma empresa privada, com essa produção as mulheres recebem uma renda, que segundo elas é uma forma de ajudar os filhos e familiares. Perceptível o fato de retribuição financeira

ser fator indispensável para a participação no projeto. Os projetos de crochê também são bastante procurados, porém existe uma dificuldade na participação dos projetos de artesanato pelas mulheres que desejam fazer parte da escola penitenciária, o que acaba gerando um problema nas questões de participação, ao ponto que é necessário fazer uma escolha entre a educação e os projetos que dão retribuição financeira.

O artesanato na cela, tem um reflexo imediato na vida dessas mulheres, ele é capaz de diminuir os níveis de ansiedade e ociosidade, como também diminui a reincidência da mulher no mundo do crime, ajudando essas a descobrirem novos talentos e torna-los uma opção de trabalho.

6.2.3 – Informação Seletiva

Em termos de informação seletiva, pode-se reafirmar que ela constitui o topo da pirâmide, são as informações tidas como informação para realização profissional e pessoal. De acordo com Barreto (1994) nessa parte da pirâmide, os indivíduos, tendo satisfeito as necessidades anteriores, são impulsionados por sentimentos de auto realização e vinculam-se à informação com compromissos de reflexão, criatividade e realização. De outra parte são, na pirâmide invertida o maior espaço, exatamente porque são as informações que interessam a cada um de per si.

No contexto em questão, as informações de ordem seletivas são as religiosas, de cuidado com o corpo, com a beleza, o lazer e otimismo.

QUADRO 8- Religião.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE RELIGIÃO
C14	Sim, o evangélio. Aqui tem de tudo um pouco, tem elas que são católicas, eu e a <i>Rosa</i> que somos evangélicas. Eu não sou nada (mulher ao fundo da cela). É moça, aqui tem de tudo.
C13	Sim, evangélico e católico. Aqui a gente reza o terço da misericórdia na quarta a noite, era melhor quando tinha rádio ai a gente acompanhava o padre, mas o chefe que entrou tirou foi tudo.
C12	Quase todas leem a bíblia. (Violeta)- Eu sou espírita- ali tem muitos livros do espiritismo.
C11	Eu comecei a ler aqui, as meninas ficam lendo a bíblia ai peguei

	costume, acho que aqui todas leem a bíblia. - Tem uns livros do pastor Macedo e também de um padre, num sei o nome (riso), mas é bom.
C10	Sim, a gente ler os versículos e o pão diário, todo dia uma de nós ler um pouquinho. Aqui somos de Deus.
C8	É tudo, aqui tem poucos livros e a gente aproveita pra passar o tempo. Eu gosto dos livros de amor e de Deus. Eu gosto de 50 tons de cinza, mas o da biblioteca sumiu. (risos...)
C7	A bíblia. Eu sou evangélica, gosto dos livros dos pastores. - Sim, eu sou católica, todas são né? - Não, eu num acredito em nada, mas escuto as meninas lendo a bíblia ai

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

O sistema penal brasileiro é composto por uma série de recomendação que visam à melhoria na qualidade de vida do apenado, a religião faz parte dessas recomendações. De acordo com a LEP, é assegurado ao apenado em seu Art. 24, a assistência religiosa, com liberdade de culto, prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

Na categoria religião, percebemos que a vasta maioria está inclinada para as religiões cristãs mais conhecidas, como o catolicismo e protestantismo, isso moldado pelo fato da existência de missas, terços e cultos na instituição, havendo ainda alguns trabalhos feitos por voluntários das igrejas para inclusão dessas mulheres no contexto religioso.

Percebemos que há outras religiões no complexo, como o espiritismo, no entanto acaba sendo um número isolado de mulheres que praticam outras religiões, existindo falta de atividades e matérias relacionadas as outras práticas e aquelas que não praticam nenhuma religião tem maior dificuldade de integração com as demais.

É importante ressaltar que as práticas religiosas funcionam muitas vezes como um refúgio para aquelas que cumprem penas. No que respeita a ressocialização, ela cumpre um dos papeis de maior destaque, pois trata-se de uma influência positiva na vida. Necessário pontuar que, a religião tem beneficiado a muitas mulheres dentro dos presídios, pois traz ao cotidiano delas uma nova perspectiva de encarar não só a vida enquanto se cumpre a pena, mas os prepara para ver de forma positiva quando saírem,

principalmente para que elas conquistem seu espaço, sendo verdadeiramente reinseridos à sociedade. Muitas mulheres que cumprem suas penas no CPJC alegam que conseguem não pensar tanto em atos negativos e manter a cabeça calma diante do complicado convívio na penitenciária a partir do acesso a religião.

QUADRO 9- Vaidade e dia da beleza.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE VAIDADE E DIA DA BELEZA
C14	Sim, todo mundo gosta de se sentir bonita, (risos) aqui moça num tem como cuidar não, é um trinco as vezes só pra gente não ficar com a unha tão suja. Olhe nossos cabelos, eu era bonita antes desse lugar, isso aqui acaba com a gente. Uma vez no ano é que tem alguém pra fazer nosso cabelo ou unha, isso é triste.
C13	Sim, só que aqui dentro a gente fica feia demais, a maquiagem é o sorriso no rosto quando alguém conta uma história que faça rir.
C12	Não, mas quando tinha a zumba algumas de nos ia. Era bom, eu tava esbelta (risos). Claro, todas são é porque depois de uns meses aqui num da pra perceber, mas a gente é sim. E aquele dia da beleza é uma mentira, historinha deles ai. Aqui tem isso de beleza não moça, aqui a gente perde a juventude, a família, o amor e a dignidade, isso né vida não.
C11	Sim, mas o dia da beleza é uma mentira (risos e olhares atentos a guarda). É uma vez por ano, as vezes a igreja quer fazer e elas mesmo não deixa, nós tem certeza disso.
C10	Sim, (risos...) só que aqui não tem como ser vaidosa não, olha nossos cabelos. Eles (gestão), ficam mentindo pra gente, dizem que vai ter dia de beleza, mas nunca tem.
C8	Sim... pra ficar bonita aqui só sorrindo é a única maneira, rir. No máximo a gente recebe um trinco pra cortar a unha quando tá muito grande.
C7	Sim, mas esse dia da beleza é uma mentira, nunca acontece.

Fonte – CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

Cuidar da beleza vai muito além de um simples cuidado estético, historicamente o cuidado de si, na visão de Foucault (1985) se deu através de um processo de

valorização do discurso em que os interlocutores eram os detentores da verdade. A partir desses discursos surgiu a constituição do indivíduo como sujeito responsável por si e por via de consequência de também cuidar da aparência. Ainda de acordo com o autor em questão, esse cuidado de si está ligado fortemente a uma ideologia voltada para a atenção do indivíduo para consigo. A análise do cuidado de si a partir do ambiente prisional está muitas vezes ligada a busca por uma realização do cuidado baseado em uma melhoria na condição de subsistência.

O tratamento do corpo, ou os cuidados com a beleza é fator positivo, pois evita que as mulheres privadas de liberdade caiam na armadilha da depressão, por conta da rotina que, em muitos casos, passa a ser de abandono quando elas atravessam os muros do presídio. Durante todo o período da pesquisa e conversa com responsáveis pelo CPJC, fomos informadas sobre eventos relacionados a beleza e auto estima das mulheres, porém ao iniciar esse ponto da entrevista, percebemos que o tão falado dia da beleza é prática quase inexistente. A realidade é totalmente diferente, encontramos um cenário de reclamações, a beleza e a auto estima são negligenciadas, o dia da beleza aconteceria com frequência. Porém, existe uma listagem alarmante em virtude de a gestão não aceitar semanalmente as ações de beleza de iniciativa das igrejas.

A informações que se tem é que os cuidados com o corpo se dão de mês em mês, quando é cedido um “trinco” para cortar as unhas. Chamamos atenção para o questionamento de uma das mulheres que cumprem pena no CPJC, a mesma voltara do castigo naquela tarde, resultante de um corte de cabelo não autorizado, ela questionou sobre não poder ser quem ela é, cortar seu próprio cabelo e sentir-se um pouco melhor.

QUADRO 10- Lazer

Nº DA CELA	FALAS SOBRE LAZER
C14	Atividade de lazer? Como assim? O banho de sol? Se for é só isso mesmo, um dia e outro não, só tem essa atividade e acho que isso não é lazer, até por que não tem nada pra fazer, só conversar sem ficar trancada.
C13	Sim, mas só tem o banho de sol e agora nem é todo dia, por exemplo se a gente tem na segunda o outro lado é terça e ai quem fica na quinta com o banho de sol só vai pra ele novamente na segunda.
C12	Banho de sol, só tem isso mesmo.

C11	Quais? Só tem o banho de sol. -aqui tem lazer não, só sofrimento.
C10	Banho de sol, acho que isso é o lazer. Não tem outra opção não.
C8	Sim, do banho de sol e as vezes tem alguma coisa da igreja.
C7	Sim, banho de sol e às vezes quando tem alguma comemoração, mas é raro.

Fonte- CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

O lazer é pensado enquanto um conjunto de atividades, valores e normas instaurados da vida de um individuo. Sant'ana (2011) afirma que as atividades de lazer fazem parte do equipamento de melhoria nos aspectos psicológicos, sociais e físicos, visto como um conjunto de ações que atua de forma positiva no cotidiano social.

Para Dumazedier (1979) o lazer vai ainda mais além, ele comporta-se enquanto um conjunto de ocupações a qual o individuo se entrega de livre vontade, podendo esse definir o que deseja fazer com esse tempo de lazer, seja ele para se divertir, descansar, entreter-se e etc...

Neste aspecto, pontua-se que no ambiente prisional, superlotado, com problemas estruturais graves as atividades de lazer têm poder relaxante e de cuidados com a saúde. Mas é importante lembrar com os cuidados lembrados por Sant'Anna, pois tem o aspecto positivo, mas deve ser realizado com cuidado porquanto mantem a musculatura e a força e isto se torna perigoso nos momentos de conflito e de embate.

Nos aspectos que concerne às atividades de lazer no CPJC, as mulheres reclamam, sobretudo da falta de atividades relacionadas ao divertimento, na verdade eles contam apenas com o banho de sol, que não ocorre todos os dias. Segundo exposto, as alas são divididas em LADO A e LADO B, e cada dia uma quantidade de mulheres participam dessa atividade de segunda a sexta, pois durante o final de semana não é permitido o banho de sol.

QUADRO 11- Otimismo.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE OTIMISMO
C14	É difícil moça, eu penso que vai chegar meu dia de sair daqui, penso nas minhas crianças, rezo. Eu penso em chocolate (Risos).

C13	A gente lê a bíblia, canta, conversa e pensa no dia que vai sair daqui.
C12	Louvando a Deus moça, pedindo força todo dia, porque as vezes a cabeça começa a perturbar e dar vontade de fazer tanta coisa, a vida aqui não é para gente, você já viu gente viver assim? sentada no chão por que não tem espaço? E se manter alegre como?
C11	A gente reza, pega um livro pra se distrair, conversa com as outras e conta pra fugir o pensamento daqui.
C10	(Risos...) ahhhh, aqui a gente pensa nos nossos filhos, pensa se vão ser meninos e como será o futuro deles. Eu penso que ele vai estudar e ter uma vida digna para não precisar parar nesse lugar. - o dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.
C8	A gente faz uma oração, pede força a Deus, conversa sobre a vida lá fora. Pega um livro ou revista pra distrair a cabeça.
C7	C7- Aqui? Só rezando mesmo e pedindo a Deus muito luz, nesse lugar só funciona na base da fé. Isso aqui é um inferno

Fonte- CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

Manter-se otimista dentro da prisão é uma tarefa nada fácil, são dias longos de ócio e saudade das famílias, e manter-se alegre no presídio é uma questão de saúde física e mental. No CPJC o otimismo vem por meio dos pensamentos positivos e da vontade de sair, a maioria tenta se pegar com Deus, rezar e pedir coragem para aguentar os dias longos. A leitura também é responsável por ajudar a diminuir o estresse e manter a alegria.

O otimismo funciona como forma de minimizar os riscos sociais, durante a conversa foi percebido que uma das formas de manter a alegria é pensar nos dias de liberdade e na família, os filhos por vezes são essenciais para manter a alegria e vontade de enfrentar o dia a dia prisional, principalmente para as mulheres grávidas, essas em questão conseguem ser otimistas quanto aos filhos que logo chegaram para alegrar o dia, mesmo que a dor da despedida seja praticamente insuportável.

As mulheres privadas de liberdade no CPJC, tem um misto de alegria e tristeza incomum, a melancolia nas falas é misturada com pequenas alegrias das lembranças vivenciadas ou dos pensamentos sobre um futuro que logo chegará.

6.3 OFERTA DE INFORMAÇÃO

A oferta de informação é marcada pela necessidade de informação e da realidade em que se realiza o consumo. No sistema prisional a configuração de oferta está bem abaixo das expectativas das mulheres que lá cumprem suas penas. Na perspectiva de Barreto (1994) a oferta de informação que conduz ao conhecimento precisa estar em condições de atender aos requisitos de qualidade, tais como relevância, confiabilidade, novidade e abrangências, a fim de que tais produtos e serviços estejam disponíveis e atendam ao consumidor final.

QUADRO 12- Informação Disponível.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL
C14	É difícil moça, eu penso que vai chegar meu dia de sair daqui, penso nas minhas crianças, rezo. Eu penso em chocolate (Risos)
C13	A gente lê a bíblia, canta, conversa e pensa no dia que vai sair daqui
C12	Louvando a Deus moça, pedindo força todo dia, porque as vezes a cabeça começa a perturbar e da vontade de fazer tanta coisa...
C11	A gente reza, pega um livro para se distrair, conversa com as outras...
C10	O dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.
C8	A gente faz uma oração, pede força a Deus, conversa sobre a vida lá fora. Pega um livro ou revista pra distrair a cabeça.
C7	Não, acho que nem pedem pra ler as coisas na aula. Aqui sempre tem livro, vamos fazendo tipo um rodizio (risos) cada uma lê uma parte e ficamos conversado sobre a história, gosto muito de gibi, mas aqui não tem. Tinha dois cordéis mas rasgaram.

Fonte- CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019

O CPJC cumpre com alguns parâmetros, como mencionado anteriormente, tem à disposição das mulheres uma biblioteca, algumas vezes recebem pessoas ou instituições com a finalidade de ofertar cursos (corte-costura, artesanato, vendas). Contudo, a oferta

de informação fica abaixo da expectativa de demanda, ou na maioria das colocações das apenadas, elas não se apercebem que estão tratando com informação. Veja-se por exemplo o que as mulheres esperam encontrar na biblioteca: as solicitações por mais livros, gibis, jornais e revistas atualizadas deixam a desejar. Ou na instituição, em convivência com outras pessoas, existem cursos diversificados, rádio e eventos promovidos principalmente pela igreja que são os mais constantes.

Interessante lembrar que o CPJC possuía um índice bem melhor dessa oferta, as mulheres dispunham do momento presidiário, em que por intermédio de uma empresa de rádio as famílias podiam mandar abraços, elas tinham informações sobre a vida fora do Complexo, as visitas da igreja eram realizadas com mais constância e existia uma promoção maior de eventos voltados a beleza, cuidado com o corpo, prevenção de doenças e cuidados com a saúde.

Em outras palavras o contato com pessoas do mundo exterior era uma possibilidade de oferta e uso de informações. Necessário atentar para a importância do contexto no sentido de que a oferta, o uso e o valor da informação são individualizados nas suas escolhas, nas formas de sentir e no acesso, portanto bastante relativizado, ou seja, o que para alguns se constitui informação, para outros não tem significado.

Para algumas mulheres está sendo conceituado como extremamente positivo, ao ponto de perceberem que a informação tem poder de contribuir com a melhoria na qualidade de suas vidas, considerando que cada uma delas determina aquilo que tem maior e mais valor para si própria.

6.4 INFORMAÇÃO ACESSADA

O acesso à informação é indispensável para realizar as atividades que interferem na existência do ser humano, sendo inclusive implementada a garantia desse acesso por Lei, comprovando-se a imprescindibilidade do acesso e uso à informação. O reconhecimento da necessidade de obter informação se dá a partir de uma mediação entre o acervo social do conhecimento dos sujeitos, a realidade e a situação vivenciada, para que além de obter a informação, se possa utilizá-la de forma tal que seja benéfica ao desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional do ser humano, e por via de consequência ao seu bem estar e qualidade de vida.

QUADRO 13- Informação Acessada.

Nº DA CELA	FALAS SOBRE INFORMAÇÃO ACESSADA
C14	...tem a opção de projeto. Essa turma aqui ninguém participa porque a gente quis fazer os terços e as outras coisas, distrai o dia e a gente arruma um dinheirinho para ajudar em casa
C13	... Aqui era pra ter essas coisas: zumba, dança, tudo que a gente tivesse oportunidade de melhorar um pouco a vida, porque dizem que isso é ressocialização senhora.
C12	Só tem o artesanato, antes tinha tanta coisa e agora está assim, umas podem e outras não aí a gente fica de cara pra cima.
C11	Eu comecei a ler aqui, as meninas ficam lendo a bíblia peguei costume, acho que aqui todas leem a bíblia. - Tem uns livros do pastor Macedo, também de um padre, não sei o nome (risos), mas é bom.
C10	(Risos...) ahhhh, aqui a gente pensa nos nossos filhos, pensa se vão ser meninos e como será o futuro deles. Eu penso que ele vai estudar e ter uma vida digna para não precisar parar nesse lugar. - o dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.
C8	É tudo, aqui tem poucos livros e a gente aproveita para passar o tempo. Eu gosto dos livros de amor e de Deus. Eu gosto de 50 tons de cinza, mas o da biblioteca sumiu (risos).
C7	Aqui? Só rezando mesmo e pedindo a Deus muita luz, nesse lugar só funciona na base da fé. Isso aqui é um inferno.

Fonte- CREDITOS DIRETO DA AUTORA, 2019.

Como mencionado à oferta de informação no CPJC é mínima, existe no ambiente uma deficiência gritante no que diz respeito à oferta de informação, e como não há tanta oferta, o acesso a informação torna-se praticamente impossível. Sadalla Bucci (2009), acredita que à informação é um instrumento necessário para efetivação da participação na sociedade civil, além de poder ser considerada um requisito essencial para o livre exercício da cidadania. Sendo tal afirmação tão valiosa é notório mencionar que atrás dos muros de um presídio a informação tem poder de mudança nos contextos sociais, físicos, psicológicos e etc.

Assim o acesso depende da oferta de informação que no CPJC é mínima. Existindo naquele ambiente uma deficiência no que respeita à oferta, e não havendo oferta em quantidade e qualidade, o acesso à informação torna-se praticamente impossível.

Quando existe uma busca por informação e essa é acessada, notamos que outras necessidades surgem. Algumas inclusive complementam as anteriores, trazendo benefícios indispensáveis. Novamente trazemos à tona a pirâmide de necessidades de Maslow e Aldo Barreto, nas quais a medida que uma necessidade é sanada, novas vão sendo descobertas, com isso o indivíduo satisfaz suas vontades e melhora os aspectos fisiológicos de segurança e inclusive suas necessidades de realização pessoal. Entretanto no que respeita a informação, a medida que isso acontece a quantidade e qualidade por ela somente aumenta. O homem ou a mulher privada de liberdade quer sempre mais informação e seu efetivo uso e acesso.

A despeito de todas essas assertivas e questionamentos as mulheres são companheiras umas das outras, compartilham no interior de suas celas as leituras diárias com aquelas que não podem ou não sabem ler. São mediadoras do acesso a informação. Ainda que não reconheçam.

7 A GUIZA DE CONSIDERAÇÕES FINALÍSTICAS

“Senhora, aqui não tem qualidade de vida!” Esta, a fala de uma das internas do CPJC quando para lá nos dirigimos realizar o *brainstorming*.

Ao realizar esse trabalho, procurava-se responder uma pergunta primordial que se referia ao conceito de qualidade de vida no cotidiano de mulheres em privação de liberdade. O que as internas consideram como qualidade de vida? Tal pergunta está ligada principalmente a um contexto informacional, onde o acesso a informação é fator indispensável para responder se existe qualidade de vida no Complexo Penal João Chaves. Durante o decorrer do trabalho de campo, o tema se mostrou bastante controverso, tendo em vista que entrelaçava questões distintas e envolvia situações e contextos sociais amplos.

Como ficou claro, para a realização dessa pesquisa foram utilizados dados colhidos entre (2018 a 2019). Neste período foram realizadas idas e vindas ao CPJC, para obter oportunidade de contato com o dia a dia do complexo, observar as rotinas das internas e da equipe dirigente e coletar os dados necessários a pesquisa.

Em relação aos resultados obtidos a partir da TNG e das entrevistas com as mulheres que cumprem suas penas no CPJC, claramente não existe uma qualidade de vida dentro dos parâmetros particulares estabelecidos por essas mulheres, porém pode-se afirmar que existe o mínimo possível indispensável, visto que o básico para a sobrevivência humana daquele grupo é disponibilizado.

Considerava-se inicialmente que a instituição colocava à disposição das mulheres um leque de opções para a melhoria de vida, não somente pelo fato de que existe a Lei de Execuções Penais que institui parâmetros para a vivência no sistema prisional, mas antes pelo conhecimento de diversos trabalhos acadêmicos que demonstravam a extrema importância que o CPJC colocava na ressocialização dessas mulheres.

Ressalvadas as dificuldades para a realização dessa pesquisa no CPJC, especialmente em relação a inserção no campo de pesquisa e contato direto com as mulheres em privação de liberdade certamente os pressupostos não foram totalmente confirmados. É possível considerar e atribuir a dificuldade de adentrar ao ambiente

prisional, pela falta de recursos humanos disponíveis para as diversas atividades que o complexo exige e as repentinas mudanças na gestão da instituição.

Percebeu-se que o CPJC tem se empenhado em atender a ressocialização e o acesso a informações, mesmo que básica, para as mulheres que cumprem suas penas no ambiente em questão, por meio de iniciativas, como a difusão da literatura, escola penitencia e até pela aceitação de estudantes e pesquisadores que desejam estudar o Complexo.

Torna-se possível afirmar que alguns passos já foram dados, no entanto, as dificuldades englobam uma gama de fatores que envolvem, fundamentalmente, a quebra de paradigmas da cultura prisional, um aspecto ainda pouco trabalhado, principalmente ao ponto de entender que os presídios não são depósitos de delinquentes, mas que ali tem mães de famílias, filhas, netas, mulheres que merecem uma chance de melhoria na qualidade de vida dentro e fora dos muros de um presidio.

Sob outra perspectiva, observou-se a ausência de fatores importantes para a qualidade de vida, tendo como exemplo a necessidade de decidir entre estudar e fazer atividades que geram algum tipo de remuneração, causando assim a exclusão de duas necessidades primordiais do ser humano, duas necessidades básicas, a de estudar e de trabalhar, embora no CPJC, o trabalho em questão é o artesanato, assim entra também como forma de minar o ócio diário e distrair a mente.

Observou-se ainda que a grande maioria de mulheres cumprindo pena no CPJC, são mulheres jovens, de baixa renda, e pouca instrução escolar, geralmente chefes de família responsáveis por manter financeiramente a casa. Muitas das vezes essas mulheres encontram no complexo uma chance de melhorar sua qualidade de vida. Elas buscam acoplar suas necessidades pessoais de maneira que tenham chance de expressar seus descontentamentos e ter êxito em sanar essas necessidades, a fim de tornar mais agradável sua estadia na instituição.

O CPJC como a maior parte dos presídios brasileiros está longe de oferecer uma real qualidade de vida a essas mulheres, como é sabido o sistema penitenciário atual está em colapso, devido a falta de verbas e recursos humanos que possam proporcionar melhorias e oferecer atividades que complementem e tentem suprir as necessidades das apenadas.

A situação da mulher encarcerada vai muito mais além da realidade que está posta, há uma diversidade de circunstâncias que as levaram até essa condição. Além disso, é perceptível que a falta de acesso aos direitos fundamentais para uma vida digna interfere para que as mulheres entrem no “mundo do crime” mais facilmente, essa inserção da mulher, por inúmeras questões é preocupante ao ponto que há um crescente numero de mulheres ocupando o sistema prisional Brasileiro

Acredita-se que este estudo é relevante tanto no contexto da ciência da informação, como para melhoria de qualidade de vida dessas mulheres e sua ressocialização, posto que relaciona os desafios do acesso e uso da informação como um fator primordial para o conhecimento de direitos básicos da mulher apenada, princípio basilar indiscutível e factual do cidadão.

O que foi aqui sintetizado não significa dizer que inexistem qualidade de vida no Complexo Penal João Chaves. Pode não ser o que as apenadas considerem qualidade de vida; pode ser que elas tenham exigências não satisfeitas; e não se pode esquecer que qualidade de vida está relacionada ao sentimento e a satisfação deste sentimento; há um esforço para haver, o que nos leva a concluir que elas não tem exatamente o que desejam mas sabem o que querem e se expressam para que a qualidade de vida possa ser alcançada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs.) Serge Moscovici: **Teoria das Representações Sociais 50 anos**. 2.ed. [e-book]. 2014. Disponível em: <<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS%2050%20anos2aEdFinal15mar15.pdf>>. Acesso em: 20 nov.2017.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. 2012. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: EACH/USP, 2012. 142p.
- AMARAL, Marjorie Rosielle Silva do. **Disseminação Seletiva da Informação no contexto das organizações aprendentes**: proposta de um modelo digital integrado ao SIGAA na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5934>>. Acesso em: 20 nov.2017.
- ANNA, Jorge Santa; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_7659753cad_0000016761.pdf> Acesso em: 20 nov.2017.
- ARTHUR, Angêla Texeira. **Presídio de mulheres**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. Anais do AMPUH- XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTORIA- Fortaleza, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, dez. 2009. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652009000300013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- ARAÚJO, V. e FREIRE, I. 1999. **Conhecimento para o desenvolvimento**: reflexões para o profissional da informação. Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa. 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_081cc9fd27_0013562.pdf>. Acesso em: 20 out.2018
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.1-17, abr. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/162/1/Barreto%205.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v 8, n 4, 1994.

BARROS FILHO, José Nabuco Galvão de. O direito à informação e os direitos dos presos: um libelo contra a execração pública. **Rev. Inf. Leg.**, Brasília, v. 135, n. 34, p.01-06, set. 1997. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/266/r135-18.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/>>. Acesso em: 20 nov.2017.

BRANCO, Maria Luísa; DOMINGUES, José António (Orgs.). **Currículo e cidadania: contributos para pensar a educação do cidadão no mundo globalizado**. (E-book). Rio de Janeiro: Dialogarts, 2015. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/Livro_Curriculo-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2017.

BREITMAN, Miriam Rodrigues. Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher. **Revista Sociologias**, Dossiê conflitualidade, ano 1 n° 1 jan/jun. 1999. Porto Alegre, PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Disponível em: <<file:///C:/Users/ninin/Downloads/13008-Texto%20do%20artigo-39264-1-10-20171017.pdf>>. Acesso em: 26 jan.2019.

BREGA FILHO, Vladimir; ALVES, Fernando de Brito. O direito das mulheres: uma abordagem crítica. **Revista Argumenta**, Jacarezinho, v.10, p. 131-142, 2009. Disponível em: <www.cj.uenp.du.br/cesa/mestrado/index.php?option=com_docman&itemid=69&limits tart=10>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Portaria Conjunta n° 276, de 20 de junho de 2012. **Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-jf-depen.pdf>>. Acesso em: 15 ago.2018.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres**. 2017. ed. Brasília: Pnud, 2018. 70 p. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>.

_____. **Constituição** da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. _____. **Decreto nº 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em: 10 nov.2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/portal-da-transparencia>>. Acesso em: 15 ago.2018.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 20 maio. 2018.

_____. Controladoria Geral da União (CGU). Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios. 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna S. do. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.199-214, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 08 maio 2019.

CALVA GONZÁLEZ, Juan José. **Las necesidades de información fundamentos teóricos y métodos**. México, D.F. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. Disponível em < http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/deed.es_MX>, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: Edufrn, 2010. 691 p.

CAPURRO, R.; HJÖRLAND, B. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciências da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006690/5140f74beef6d21a94343d1a193c2076/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 205 p. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/21867812/a-galaxia-da-internet-manuel-castells>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CAMPOS , A ; TRINDADE L; **Mulheres criminosas na abordagem interdisciplinar**. Pesquisa em debate, edição 9, V. 5 nº 2, Jul/Dez. 2008. Disponível em: <

http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_9/artigo_1.pdf> Acesso em: 17 jan. 2019

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. 464p.

COYLE, Andrew. **Manual para servidores penitenciários**. Londres: International Centre For Prison Studies, 2002. 187 p. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_handbook.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CHESKYS, Débora. Aprisionando mulheres – uma análise da influência dos estereótipos de gênero na execução de políticas públicas para mulheres encarceradas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373299485_a_ARQUIVO_Textocompleto-FazendoGenero-DeboraCheskys.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

CHOO, Chun Wei. **A Organização do Conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2003. 426 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/369555249/CHOO-Chun-Wei-A-Organizacao-do-Conhecimento-pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 103 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. Prisão. IN: _____, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 262 p. p.195-214.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.328p

GALBRAITH, John Kenneth (1971). **Economics, peace and laughter**. New York: New American Library, 1971

MALAQUIAS, Josenaldo José Fernandes. **Informação e cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível em: <[file:///C:/Users/ninin/Downloads/Arquivototal%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ninin/Downloads/Arquivototal%20(2).pdf)>. Acesso em: 24 set. 2018

MASLOW, A. H. **Motivation and a Personality**. New York, Harper, 1970.

MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação...** São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: FUNDEPE Ed., 2008. p.87-102.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 408p.

MUNIZ, Mariana. **Casa de Correção: o que mudou de 1850 pra cá?** 2017.
Disponível em: <<https://jota.info/justica/casa-de-correcao-o-que-mudou-de-1850-praca-22012017>>.
Acesso em: 03 ago. 2018.

NAHAS, Markus; BARROS, Mauro; FRANCALACCI, Vanessa. (2000). O pentáculo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde**, v.5, n.2, 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/1002/1156>>.
Acesso em: 20 nov.2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em:
<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 15 ago.2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Qualidade de vida em 5 passos.** 2013. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

PRESSER, Nadi Helena; FUKAHORI, Mitsuo André Vieira. Necessidades de informação: uma análise sociocognitiva na gestão acadêmica no contexto da regulação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 35, n. 17, p.27-46, 04 set. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/index>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

REIS, M. B.; CARVALHO, K. de. Atualidade da missão do bibliotecário: contribuição de José Ortega y Gasset. In: **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação-CINFORM**, 7., p. 1-12, 2007, Salvador. Proceedings... Disponível em: <<http://www.dici.ibict.artchive/00001110>>. Acesso em: 10 mar 2010.

RODRIGUES, Hayla Nathália. **Qualidade de vida: realidade dos apenados no Estado da Paraíba.** 2015. 34f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB. 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14027>>. Acesso em: 20 nov.2017.

SANTOS, Marcela de Azevedo dos. A precarização da educação no sistema penitenciário brasileiro sob o prisma da ressocialização dos presos. **Educ. Saberes Práticos**, Brasília, v.3, n.1, 2014. Disponível em: <<http://icesp.br/revistas-eletronicas/index.php/SaberesPratica/article/view/79/58>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.b. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 16, p.115-136, 2001. Faculdade UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332001000100007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em: 05 maio 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. SOS Corpo, Recife. 2004. Disponível < file:///C:/Users/ninin/Downloads/Joan_Scott_Genero.pdf>. em: Acesso em: 07 out. 2018.

SEABRA, Sérgio Nogueira; CAPANEMA, Renato de Oliveira; FIGUEIREDO, Renata Alves de. Lei de Acesso à Informação: uma análise dos fatores de sucesso da experiência do Poder Executivo Federal. **Rev. Adm. Munic.**, [Online], n.282, p-18-26. Disponível em: <http://lam.ibam.org.br/revista_online.asp?num=282>. Acesso em: 20 nov.2017.

SETZER, Valdemar Waingort. **Meios eletrônicos e educação: uma visão alternativa**. 3.ed. São Paulo: Escrituras, 2005. 288p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 62.

SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan/jun. 2011. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1945>>. Acesso em: 011 maio. 2019.

SOUZA, Edivanio Duarte de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e construção da cidadania: representação das ações de informação da Casa Pequeno Davi. **Inf. Soc. Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.203-214, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/454/1505>>. Acesso em: 20 nov.2017.

TAVARES, D. W. S.; LOUREIRO, J. M. M.; SAMPAIO, D. A. Vontade de Arquivo: informação, memória e dispositivo. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2016, Salvador. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: descobrimentos da ciência da informação. Desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT), 2016. p. 4637-4648.

TOMÉ, Stella Maria Gomes. **O processo de reinserção social de apenados: uma análise comparativa de trajetórias de vida**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Doméstica, universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG. 2011. Disponível em: < <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3404>>. Acesso em: 20 nov.2017.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano, 2003. 108p.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290p.

ZANINELLI, Giovana. **Mulheres encarceradas**: dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas.. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Paraná, 2015. Disponível em: <https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/6854-giovana-zaninelli/file>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO**

O que você poderia nos contar sobre as situações que vivencia de:

A sala de aula lhe interessa? Acha que aprende o que não sabia?-----

Na biblioteca você lê somente para as aulas? Ou lê outros livros que também são atrativos?-----

Você lê livros religiosos? E tem alguma prática que você exercita no seu dia a dia? -----

Como é seu relacionamento com as amigas que fez aqui? -----

Como se sente com as visitas de seus familiares?-----

Quais as atividades manuais oferecidas pela instituição que você faz com prazer?-----

Você é vaidosa? Gosta de participar do dia da beleza? -----

Por sua iniciativa pratica algum exercício físico? -----

Você participa das atividades de lazer oferecidas? Quais são?-----

Como você faz para se manter alegre, companheira, otimista?-----

Você gosta de culinária? Cite uma comida que você sabe fazer?-----

Você gostaria de compartilhar mais alguma coisa?-----

Obrigada por sua contribuição para este trabalho.